

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Gabriela Bastos Ribas**

**LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE? A PERCEPÇÃO DAS  
AUXILIARES DE COZINHA DE UM SHOPPING EM SANTA MARIA (RS) SOBRE  
A RELAÇÃO ENTRE JORNADA DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Santa Maria, RS  
2021

**Gabriela Bastos Ribas**

**LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE? A PERCEPÇÃO DAS  
AUXILIARES DE COZINHA DE UM SHOPPING EM SANTA MARIA (RS) SOBRE  
A RELAÇÃO ENTRE JORNADA DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título como **Licenciada em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS  
2021

**Gabriela Bastos Ribas**

**LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE? A PERCEPÇÃO DAS  
AUXILIARES DE COZINHA DE UM SHOPPING EM SANTA MARIA (RS) SOBRE  
A RELAÇÃO ENTRE JORNADA DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Monografia de Conclusão de Curso  
apresentada ao Curso de Licenciatura em  
Ciências Sociais, da Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para  
obtenção do título como **Licenciada em  
Ciências Sociais.**

**Aprovada em**

---

**Laura Senna Ferreira, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**Janaína Xavier do Nascimento, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

---

**Mari Cleise Sandalowski, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2021

## AGRADECIMENTOS

Muitos foram os dias, e as horas, em que passei acompanhada de mistos sentimentos desde que este trabalho foi pensado. Noites acordadas, unhas roídas, conversas profundas e eufóricas com todos que me perguntavam sobre meu tema. Medo, dúvidas, certezas, que logo se iam com o vento, e algumas tristezas ao ler e ouvir sobre a realidade da mulher trabalhadora no Brasil. Mas, todos esses sentimentos e momentos que vivi nesses últimos anos de construção dessa pesquisa me trouxeram até aqui, e guardarei na memória, enquanto eu puder, cada um deles.

Nesse percurso também contei com a companhia de importantes pessoas. Pessoas que nem devem saber o quanto sou e serei grata a elas, e é por isso que aqui tentarei agradecê-las.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Laura por ter confiado em minhas ideias e ter assumido este trabalho juntamente comigo, me proporcionando valiosas reflexões e aprendizados. Laura não podou minhas asas, mas me ensinou como seria melhor o voo.

Agradeço a professora Mari Cleise, e novamente a Laura, por me inserirem na iniciação científica no meu primeiro ano de graduação. Com vocês aprendi a escrever, a interpretar e a fazer algo que nunca pensei que gostaria: pesquisa de campo. Obrigada não só pela oportunidade, mas por terem sido minhas primeiras parceiras dentro da universidade.

Aos meus amigos e amigas, que não citarei nomes pois tenho um número significativo, mas que sabem sua importância na minha vida e neste trabalho. Infelizmente o ano de 2020 fez com que nossos debates em bares fossem substituídos pela conversa online, mas ainda assim estivemos juntos. Obrigada por suas ideias, perspectivas, correções e todo apoio nesse período.

Às minhas entrevistadas que mesmo com filhos, tempo apertado, longas jornadas e com todas as suas preocupações, ainda assim confiaram em mim e me contaram sobre suas vidas. Sem vocês este trabalho não teria o mesmo significado.

Aos meus familiares que sempre me deram amor e cuidado, e quando, em 2014, decidi que viria morar em Santa Maria, não questionaram ou repudiaram minha decisão. Me apoiaram emocional ou economicamente, acreditaram e torceram por mim e meus sonhos.

À todas as minhas tias, maternas e paternas, que são mães, trabalhadoras e sonhadoras. Que, assim como eu, também sonham com um mundo mais justo para todos e todas.

Às minhas avós Cleusa Marilena e Soila Regina. Uma avó branca e uma avó preta que vivenciaram diferentes tipos de opressão e ainda assim nunca desistiram de suas liberdades.

Ao meu pai, que mesmo não estando mais neste mundo, me deixou como herança coragem e rebeldia.

No início da construção dessa pesquisa, conversava com meu companheiro sobre os agradecimentos que pretendíamos fazer em nossos trabalhos. Naquela época, eu tinha receio em deixar o agradecimento a ele marcado aqui. Mas, como bem nos disse Marx, *tudo que é sólido se desmancha no ar*, e esse receio foi passando e se desmanchando ao passo que vi a importância dele neste trabalho. Assim, agradeço ao Guilherme, que dividiu comigo as angústias de escrever em meio ao caos de 2020 e que mesmo precisando se dedicar à sua dissertação, me deu todo o apoio possível com correções, traduções, formatações e uma escuta atenta. Obrigada por ser sinônimo de parceria.

Agradeço ao meu irmão Pedro Lucas pela companhia nessas tardes quentes, por assumir as tarefas da casa para que eu pudesse me dedicar a essa pesquisa, por ter sido meu companheiro desde criança e a primeira pessoa próxima a ver minha apresentação sobre esse tema. Pedrinho, espero que um dia eu consiga ser tão resiliente como tu.

Este trabalho talvez não tivesse tanto significado se eu não pautasse classe, e por isso quero agradecer a mulher da minha vida. Minha mãe me ensinou desde muito pequena a ter consciência de classe. Lembro dela cantarolando aquela música do Gil que diz “*pobre não tem valor, pobre é sofredor*” nos dias mais difíceis de nossas vidas quando só tínhamos arroz e batata para comer. Minha mãe é mãe solteira e teve que fazer mamadeira todo dia, além de trabalhar. Desde criança cuidava dos filhos dos outros e das casas dos outros; por 25 anos foi servente merendeira fazendo comida para centenas de crianças, e agora trabalha como auxiliar de cozinha, cozinhando para milhares de pessoas. Hoje ela olha para suas mãos e lamenta pela aparência, pelos machucados e marcas que estas carregam, mas para mim as mãos de minha mãe são meu alicerce e foi com e por elas que cheguei até aqui. Mãe, meus agradecimentos a ti nunca caberão no papel e eu espero conseguir, um dia, ser metade do que tu é.

Por fim, agradeço a todos e todas que de formas diretas ou indiretas contribuíram não só com este trabalho, mas com a minha construção social. Nunca somos só nós, individuais, por trás de nós há diversos rostos, mãos e ideias que nos levam aonde vamos. À todos vocês o meu amor, minha ousadia e minha luta.

**OBRIGADA!**

*Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós.* (MÃE, Valter Hugo. **O filho de mil homens**. Globo Livros, 2016.)

## RESUMO

### **LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE? A PERCEPÇÃO DAS AUXILIARES DE COZINHA DE UM SHOPPING EM SANTA MARIA (RS) SOBRE A RELAÇÃO ENTRE JORNADA DE TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

AUTORA: Gabriela Bastos Ribas  
ORIENTADORA: Laura Senna Ferreira

São visíveis os grandes avanços que o movimento feminista, assim como o movimento de mulheres, tem conquistado nos últimos anos. A inserção das mulheres na política, no judiciário e em diversos espaços, que antes eram majoritariamente compostos por homens, agora ganham voz e traçam caminhos rumo à igualdade de gênero. Mas se por um lado há avanços, por outro, pode-se analisar controvérsias, especialmente no caso de mulheres da classe trabalhadora. A inserção dessas mulheres no mundo do trabalho, especialmente no modo de produção capitalista, não as liberou do outro trabalho que já desempenhavam de forma gratuita: o trabalho reprodutivo, que duplica sua jornada de trabalho e intensifica as opressões. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres que trabalham na esfera pública dedicam cerca de 73% mais horas que homens em trabalhos domésticos, trabalhando um total de 10 horas semanais a mais. Essa dupla jornada de trabalho utiliza boa parte do seu tempo, podendo afastar a mulher trabalhadora de espaços de luta, como movimentos sociais, sindicatos, partidos e organizações políticas. Espaços estes que se empenham pela emancipação feminina. Este trabalho, considerando esse contexto, analisa a percepção e os enfrentamentos das auxiliares de cozinha de um shopping em Santa Maria (RS), em relação à jornada de trabalho, a precarização laboral e a participação política, considerando os impactos que a elevada carga de trabalho gera no envolvimento com questões voltadas para a política e a emancipação.

**Palavras-chave:** Gênero e Trabalho. Dupla Jornada. Precarização. Participação Política.

## **ABSTRACT**

### **IS A WOMAN'S PLACE REALLY WHEREVER SHE WANTS IT TO BE? THE PERCEPTION OF KITCHEN ASSISTANTS IN A SHOPPING MALL IN SANTA MARIA (RS) ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN WORKDAY AND POLITICAL PARTICIPATION**

The great advances that the feminist movement, as well as the women's movement, have made in recent years are noticeable. The insertion of women in politics, the judiciary, and in several spaces that used to be mainly composed of men, now gain voice and trace paths towards gender equality. However, in the case of working class women if on the one hand there are advances, on the other hand, controversies can be analyzed. The insertion of these women in the labor world, especially in the capitalist mode of production, did not free them from the other work they already performed for free: reproductive work, which doubles their working hours and intensifies oppressions. According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, women who work in the public sphere dedicate about 73% more hours than men to domestic work, working a total of 10 more hours per week. This double workload takes up a good part of their time, leaving working women away from spaces of struggle, such as social movements, unions, parties and political organizations. These are spaces that walk towards women's emancipation. This study, considering this context, analyzes the perception and confrontations of the kitchen assistants in a shopping mall in Santa Maria (RS) city, regarding working hours, labor precariousness and political participation, considering the impacts that the high workload generates in the engagement with issues related to politics and emancipation.

**Keywords:** gender and labor, double workload, precariousness, political participation.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CACISM - Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Santa Maria
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
- EAD - Educação a Distância
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
- PIB - Produto interno bruto
- PMS - Pesquisa Mensal de Serviços
- PENAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD
- PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
- PSL – Partido Social Liberal
- SECOHTUR - Sindicato Dos Trabalhadores No Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares E Similares, Refeições Coletivas, Agências De Turismo, Condomínios e Turismo E Hospitalidade De Santa Maria - RS
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1 Metodologia .....	10
<b>2. A MULHER TRABALHADORA: DA ESFERA PRIVADA À PÚBLICA</b> .....	13
2.1 O trabalho reprodutivo .....	13
2.2 Mulher brasileira na história do mundo do trabalho .....	18
2.3 Das ocupações tradicionalmente femininas: “Faz tudo”: o trabalho das auxiliares de cozinha .....	24
2.4 A dupla jornada e a divisão sexual do trabalho .....	29
2.5 A COVID-19 e o trabalho das mulheres .....	31
<b>3. LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISE?</b> .....	37
3.1 Um breve histórico do movimento de mulheres e o feminismo no Brasil.....	38
3.2 Desorganizadas ou desassistidas? Percepções, experiências e os entraves da luta e organização das mulheres trabalhadoras .....	42
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	52

## 1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o capitalismo tem sabido se aproveitar da força de trabalho das mulheres, especialmente das mais pobres, que, em decorrência das desigualdades de gênero, classe e raça, se dedicam à realização de múltiplas tarefas, como cuidar da casa, dos filhos, do marido e desempenhar diversos papéis, precisando recorrer no mercado de trabalho às ocupações compatíveis com essa condição.

A entrada da mulher no mundo do trabalho, especialmente no modo de produção capitalista, é marcada por diversas lutas, reivindicações, conquistas e retrocessos. No Brasil, desde a industrialização, a inserção da força de trabalho feminina foi aumentando cada vez mais. Marcadas por um passado de trabalho exaustivo, essas mulheres até hoje não superaram o trabalho doméstico como atribuição do gênero, enfrentando uma dupla, ou mesmo tripla jornada de trabalho. Elas estão, principalmente, em funções que são uma extensão das tarefas domésticas, como é o caso do setor de serviços.

O setor de serviços no Brasil, tem apresentado um crescimento considerável nos últimos anos. Nele estão incluídos diferentes ramos, assim como grandes conglomerados financeiros, com trabalhadores organizados em potentes sindicatos até os terceirizados, mais carentes em termos de direitos trabalhistas. Atualmente o setor de serviços, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responde por mais de 50% do PIB brasileiro. Entre muitos dos ramos que se encontram neste setor, estão os serviços de alojamento e alimentação, que mesmo em tempos de pandemia da Covid-19<sup>1</sup>, aumentou em 37,9%. Um setor onde está a maior parte de concentração de mulheres pobres. Esse crescimento fez com que aumentasse o consumo que é o intensificador da reprodução do capital, possibilitando maiores opções instantâneas. Com isso, os shoppings têm sido uma boa opção para a população de classe média/alta que busca facilidade e agilidade na relação de consumo. Eles também têm sido um espaço de grande concentração da força de trabalho da classe mais pobre, composta especialmente por mulheres que trabalham nas lojas e nos estabelecimentos de alimentação.

Os shoppings da cidade de Santa Maria oferecem para a população diferentes opções de consumo: grandes lojas de departamento, espaços para shows e eventos, estabelecimentos de diversão e lazer como as salas de cinema e, principalmente, uma vasta variedade de pequenas e grandes empresas que ofertam uma alimentação diferenciada. Ademais, com as

---

<sup>1</sup> A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo Sars-CoV-2 (coronavírus) descoberto no ano de 2020.

mudanças no mundo do trabalho, os shoppings também são locais onde há uma grande concentração de trabalhadores terceirizados que atuam principalmente na área da limpeza.

O trabalho das auxiliares de cozinha, que ocorre nos estabelecimentos que oferecem alimentação e bebida, passa despercebido por muitos daqueles que consomem suas comidas feitas no interior dos estabelecimentos localizados, em maior parte, nas praças de alimentação dos shoppings das cidades. Tomadas por multitarefas, pelo calor das coifas, dores nas pernas causadas pelas várias horas em pé cortando alimentos e lavando louças, elas possuem uma história como a de muitas mulheres trabalhadoras que se encontram no trabalho precarizado. As auxiliares de cozinha além de enfrentarem uma rotina exaustiva no trabalho remunerado, possuem outro ônus: as tarefas domésticas são quase que as mesmas vivenciadas na sua rotina laboral. Elas lavam, limpam, organizam, preparam e precisam ser cuidadosas com tudo o que foi produzido. Na esfera pública, o que principalmente se diferencia é a ausência dos seus filhos e maridos. Mas, se essas trabalhadoras demonstram em suas vidas terem pautas tão emergentes, referentes à precariedade laboral, à divisão sexual do trabalho, aos preconceitos e violências sofridas diariamente como gordofobia, racismo, sexismo; por que estas não estão organizadas coletivamente? Por que vemos, especialmente no movimento de mulheres em Santa Maria/RS, um grupo majoritário de mulheres brancas, classe média, estudantes e que em seus discursos não abordam a questão das mulheres trabalhadoras? O que o feminismo, ou os feminismos, estão fazendo hoje para contribuir com a vida dessas mulheres? Como ele chega nelas? Se é que chega.

A rotina extenuante do trabalho remunerado somada à rotina do trabalho não pago (aquele desempenhado em suas casas), têm feito com que essas mulheres, além de exaustas, não possuam tempo para buscar seus ideais, e até mesmo de lutar por uma condição de vida diferente. Essas mulheres estão no trabalho remunerado desde cedo, muitas vezes abdicando dos estudos para sobreviver, vivenciando diversos preconceitos e violências, estando expostas a diversos riscos à saúde e tudo isso, como discutiremos adiante, sem amparo, tanto da própria organização sindical como do movimento feminista que, conforme analisado ao longo desse estudo, nem sempre tem priorizado incorporar as demandas mais prementes dessas mulheres.

Lutar por igualdade entre homens e mulheres pode ser uma enorme armadilha. Isso porque as desigualdades de gênero são heterogêneas, e para uma grande maioria de mulheres, ser igual aos homens é vivenciar as mesmas opressões de classe, recebendo baixíssimos salários e trabalhando em setores e funções precarizadas. Assim, ainda que seja necessário defendermos que as mulheres precisam estar onde querem estar, é preciso compreendermos

que muitas mulheres desejam estar em funções que exploram e oprimem outras mulheres, e essas que são exploradas não podem abdicar dessa condição para estarem onde gostariam.

A frase “*lugar de mulher é onde ela quiser*”, proclamada por muitas mulheres nas mobilizações urbanas e coletivos feministas, precisa ser problematizada e atualizada. O lugar das mulheres pobres tem sido no trabalho precarizado ou mesmo no desemprego e na marginalização, enquanto o lugar das mulheres ricas, quando comparado às mulheres de classe popular, está mais perto de ser onde quiserem. Se olharmos com atenção nos atos, mobilizações, caminhadas e qualquer movimentação de mulheres feministas nas cidades, veremos que com frequência ela é composta por mulheres brancas, muitas vezes universitárias ou bem escolarizadas, que possuem uma condição financeira suficiente para dedicarem seu tempo, seu físico e emocional à luta e às reivindicações. E isso não é problema, pois o problema é quando essas mulheres com todos esses privilégios não levam a luta até as mulheres que, diferente delas, não conseguem estar nesses espaços por inúmeros motivos.

## **1.1 Metodologia**

Minha aproximação com o campo e com a própria função desempenhada nele me colocou sob uma encruzilhada, muito bem refletida por Bourdieu (2005): transformar tudo aquilo que me era familiar em exótico e vice e versa. Pesquisar um mundo social que conheço sem conhecer, como sucede em quaisquer universos familiares, requer uma verdadeira conversão epistemológica (BOURDIEU, 2005, p. 89). E ainda:

parecia-me interessante interrogar, como faz o fenomenólogo, a relação familiar com o mundo social, mas de maneira quase experimental, ao tomar como objeto de uma análise objetiva, até objetivista, um mundo que me era familiar, onde eu conhecia todos os agentes pelo nome, onde as maneiras de falar, de pensar e de agir me pareciam de todo naturais, e objetivar, num relance, minha relação de familiaridade com tal objeto, e a diferença que o separa da relação erudita à qual se pode chegar, como eu fazia na Cabília, por meio de um trabalho munido de instrumentos de objetivação, como a genealogia e a estatística. (Bourdieu, 2005, 88)

A metodologia escolhida para o trabalho foi a qualitativa, compreendendo que esta possibilita uma análise mais profunda dos dados, podendo as entrevistas serem menos rígidas e com dimensões subjetivas. Segundo Demo (2004), a pesquisa qualitativa foi inventada para

recuperar o vínculo teórico/prático, diferente das tradições positivistas que buscavam neutralidade nos resultados.

Ainda sobre o método qualitativo, Heloisa de Souza Martins (2004) nos diz que a pesquisa possibilita ao sociólogo aprofundamento na análise e liberdade para produzir conhecimento útil para a sociedade.

A partir disso, o trabalho também se apoiou no estudo de caso que, segundo Goldenberg (2004):

reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (GOLDENBERG, 2004, p.33)

Essa pesquisa já vinha sendo sonhada desde 2018, mas foi em 2019 que começou a ganhar formas, quando o contato informal com as entrevistadas começou a ocorrer. Com o intuito de começar a pesquisar no início do ano de 2020, o surgimento da Covid-19 exigindo distanciamento social e quarentena, fez com que essa pesquisa só pudesse ser realizada no segundo semestre deste ano. Ainda assim, as entrevistas ocorreram à distância, mediadas por tecnologias digitais. Ao todo, 5 mulheres foram entrevistadas, todas mães e que atuam também no trabalho reprodutivo não pago. Foram aplicados dois formulários, um questionário socioeconômico para mapear as condições objetivas de classe das trabalhadoras e outro referente a entrevista no modelo semi estruturado, possibilitando um diálogo maior e perguntas flexíveis, que variaram a partir das respostas individuais de cada entrevistada. Todas as entrevistas foram gravadas e o Termo de Ciência Livre Esclarecido foi devidamente assinado. Para a segurança das trabalhadoras entrevistadas, foram adotados pseudônimos para cada uma, bem como o anonimato quanto ao shopping escolhido. Assim, todas as entrevistadas receberam um nome de alguma mulher significativa na luta e transformação do Brasil.

A pesquisa foi dividida em capítulos e subcapítulos, relacionando teoria e empiria e contextualizando a história da mulher trabalhadora no Brasil. Tal contextualização é de tamanha importância para todos aqueles que buscam compreender como a categoria *gênero* mesclada com a categoria *classe* resulta em diferentes formas de opressão para além das sociais. No primeiro capítulo, buscou-se analisar a entrada da mulher brasileira no mercado de trabalho, a partir da industrialização do país, fundamentando-se em teorias que são bases

desse estudo. Nele também é apresentado discussões relacionadas ao trabalho reprodutivo, à divisão sexual do trabalho e o trabalho das auxiliares de cozinha, contextualizando e apresentando o campo estudado, é também abordado o trabalho das auxiliares de cozinha frente a pandemia da Covid-19, observando que o trabalho neste período impacta significativamente a vida dessas mulheres e suas percepções sobre as questões políticas, sanitárias e públicas referentes à situação do país. Para o segundo capítulo, ficou reservado uma historização do movimento de mulheres e o movimento feminista no Brasil, apresentando também a percepção das trabalhadoras entrevistadas sobre suas relações com esses movimentos e suas estratégias de luta e resistência.

## **2. A MULHER TRABALHADORA: DA ESFERA PRIVADA À PÚBLICA**

[...] a família protege o trabalhador, mas também garante que ele e ela nunca serão nada além de trabalhadores. (FEDERICI, 2018, p. 72)

Muito antes da organização e separação da sociedade em classes, nas sociedades primitivas, homens e mulheres viviam em bandos e pequenas tribos e grupos. Eles sobreviviam da natureza, retirando dela os alimentos essenciais para suas vidas. O trabalho era realizado de forma coletiva, separado em grupos de caça e coleta. Em algumas tribos a divisão das tarefas levava em conta questões biológicas, naturais e sociais. Tais questões fizeram com que a mulher se relacionasse de forma diferente dos homens, visto que ela era a responsável pela continuidade do bando. Entretanto, não era ela a única responsável pela criação dos filhos. Essa tarefa era de responsabilidade comum a todos os membros das tribos que, por viverem em grupos e se relacionarem entre si, eram todos família.

Mas com o crescimento desses grupos diversas mudanças foram ocorrendo, principalmente dentro das famílias e no que diz respeito ao trabalho. Assim a transformação da natureza foi transformando a própria natureza social dos homens (MARX, 2013). Essas transformações impactaram significativamente na sociedade e na vida da população, mas especialmente na vida das mulheres que começaram a vivenciar diferentes formas de opressão e exploração.

### **2.1 O trabalho reprodutivo**

Para adentrarmos na análise das opressões e exploração que permeiam o universo da mulher, “é necessário partirmos da percepção de que na maioria das sociedades as mulheres trabalham mais do que os homens” (CISNE, 2018, p. 91). E para entendermos as raízes dessas opressões, precisamos conhecer o que o passado nos diz a respeito das transformações na vida das mulheres. De acordo com Saffioti:

É preciso não esquecer que entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções [consideradas] naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos. (SAFFIOTI, 1979, p. 79)

A família é peça chave para a compreensão histórica da exploração e desigualdade entre homens e mulheres, por isso começaremos este debate com uma análise do que a teoria nos diz sobre as transformações familiares e como estas impactaram na vida da mulher.

Diversas foram as composições e transformações das famílias ao longo dos anos e sociedades. Engels (2005) em seu capítulo intitulado “A Família” nos mostra justamente tais construções e transformações, historicizando desde seu período primitivo até o que se pode chamar de modernidade. Estamos, portanto, diante de uma série de formas de famílias que estão em contradição direta com as até agora habitualmente admitidas como as únicas em vigor (ENGELS, 2005, p. 39). Ele também nos mostra como o papel da mulher foi importante em algumas das variadas composições familiares, tendo ocupado papel não só de destaque mas de transformação, perpassando por caminhos significativos que contextualizam a sociedade em que vivemos hoje. As transformações que a família passou ao longo dos anos é fundamental para a compreensão da estrutura desigual entre homens e mulheres em múltiplas esferas, principalmente no que diz respeito à divisão sexual do trabalho.

A historização de Engels acerca das mudanças estruturais na família começa no período primitivo, nos mostrando que, devido ao fato de homens praticarem a poligamia ao mesmo tempo que suas mulheres praticavam a poliandria, todos os filhos, de uns e outros, eram considerados comuns. Sendo assim, a mulher não possuía um só marido, nem o homem uma só esposa, e todos os filhos e filhas eram considerados irmãos e irmãs que logo se tornariam cônjuges entre si, mantendo o casamento por grupos.

Engels nomeia a primeira etapa de família como família consanguínea, e esta era dividida em gerações:

Nela, os grupos conjugais se separam por gerações. Todos os avôs e avós, dentro dos limites da família, são, em seu conjunto, maridos e mulheres entre si. O mesmo ocorre com os respectivos filhos, quer dizer, com os pais e mães. Os filhos destes, por sua vez, constituem o terceiro círculo de cônjuges comuns e seus filhos, bisnetos dos primeiros, o quarto círculo. Nessa forma de família, portanto, só os ascendentes e descendentes, os pais e os filhos, estão reciprocamente excluídos dos direitos e deveres (como poderíamos dizer) do casamento. Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e restantes graus, são todos maridos e mulheres uns dos outros. (ENGELS, 2005, p. 45)

Nessa etapa, diferente daquela primitiva que nos mostrou Engels, os pais e filhos foram excluídos das relações sexuais entre si. Ele também nos diz que a família consanguínea

não durou muito e logo desapareceu, entretanto a reconhecer enquanto um modelo que existiu é fundamental para a compreensão do desenvolvimento da família.

No segundo momento de desenvolvimento da família, a relação conjugal de irmãos e irmãs deixa de existir, em um processo que talvez tenha sido mais lento que na família consanguínea, e talvez começando pelas relações sexuais de irmãos uterinos (da mesma mãe). Não havendo mais relações sexuais entre eles o casamento por grupos passa a ser proibido e considerado adultério e promiscuidade. Nesse período é possível apenas saber quem são as mães, não tendo controle dos pais, que ainda praticavam a poligamia. Esse modelo familiar é nomeado “punaluana” (ENGELS, 2005, p. 49).

As transformações e proibições na família e nas relações sexuais grupais foram norteando o casamento grupal para uma união por pares, consolidando um novo modelo considerado pré-monogâmico e fortalecendo as relações marido e mulher, tornando-a principal. “Nesse estágio, um homem vive com uma mulher, mas de forma tal que a poligamia e a infidelidade ocasional permanecem um direito dos homens” (ENGELS, 2005, p. 54). Com o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações sociais e culturais, mudanças significativas ocorreram:

[...] a domesticação de animais e a criação de gado haviam desenvolvido uma fonte de riqueza até então desconhecida, criando relações sociais totalmente novas. Até a fase inferior da barbárie, a riqueza limitava-se quase somente à casa, ao vestuário, aos adornos primitivos e aos utensílios necessários para a obtenção e a preparação dos alimentos: barco, armas, utensílios domésticos mais simples. O alimento tinha de ser conseguido a cada dia, sempre de novo. Agora, com suas manadas de cavalos, camelos, asnos, bois, carneiros, cabras e porcos, os povos pastores, que iam ganhando terreno (os árias, no país dos Cinco Reis na Índia e no Vale do Ganges, assim como nas estepes de Oxo e Iaxartes, na época abundantes em águas, e os semitas juntos aos rios Tigre e Eufrates), haviam adquirido riquezas para se produzir em proporção cada vez maior e fornecer abundantíssima alimentação de carne e leite. (ENGELS, 2005, p. 61)

A possibilidade de cultivar terras e rebanhos fez com que o homem aumentasse suas riquezas e produtividade, assim tais riquezas começam a pertencer ao grupo de “gens” e separando o que é direito da mulher e do homem. Assim, a mulher fica com os filhos e os homens com a propriedade produzida. Entretanto, nesse período conhecido como Idade Média, a mulher ainda era aceita na participação das sociedades comunais e eram livres para

trabalhar e usufruir dos produtos resultantes de seu trabalho. De acordo com Federici (2017, p. 15-16):

As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho.

Com o crescimento das riquezas e da propriedade privada, o homem vai assumindo um papel de maior importância que a mulher, e sua propriedade é transferida aos filhos com o objetivo de manter dentro dos “gens” aquilo que foi conquistado materialmente. Essa transição é conceituada como monogamia, sendo então a figura masculina a responsável pela propriedade privada e sua manutenção. As famílias, que antes viviam em “comunhas”, passam a viver individualmente, se separando em feudos. Com a crescente monetização no interior dos feudos, a vida dos servos e servas se viu afetada, com saldo ainda mais negativo para as mulheres: “A crescente comercialização da vida reduziu ainda mais seu acesso à propriedade e a renda” (FEDERICI, 2017, p. 63). Assim, a mulher, que antes era livre para ter múltiplos relacionamentos e participar ativamente da sociedade produzindo e trabalhando nos campos e manufaturas, passa a ser a responsável por procriar os herdeiros legítimos da produção do marido, sendo responsável apenas pela maternidade, educação dos filhos e o cuidado do lar. Essa separação é fundamento para a compreensão da divisão sexual do trabalho e para a sociedade patriarcal, pois foi nessa separação em que o homem tornou-se o responsável pelo trabalho produtivo, a fim de produzir riqueza e fortuna, e a mulher pelo trabalho reprodutivo, responsável pela reprodução e sobrevivência do marido e filhos, satisfazendo as vontades dos membros da família por meio do trabalho não remunerado (CISNE, 2018, p. 92)

Sendo assim, é a partir da formação da família monogâmica e da propriedade privada que os homens passam a ter maior destaque nas sociedades, transformando a família monogâmica em família monogâmica patriarcal, tendo controle de suas esposas e de seus herdeiros legítimos, tornando a família baseada apenas nas condições econômicas e na reprodução. Essa nova configuração torna a mulher parte da propriedade privada do homem. Sendo, em primeira instância, quando jovem, propriedade do pai, e ao casar, do marido.

Para compreendermos a chegada desse novo modelo de família à família que temos hoje diante do sistema capitalista, buscaremos em Marx (2013) uma contextualização da

transformação de dinheiro em capital e a capacidade de produzir valor a partir do consumo de um valor de uso:

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho (MARX, 2013, p. 242).

Podemos perceber, então, que é a partir do ato capitalista, de consumir o valor de uso da força de trabalho, que a transformação de dinheiro em capital ocorre. Assim, a força de trabalho é a única mercadoria que, ao ser consumida pelo capitalista, gera valor. A partir disso teríamos o primeiro elemento para a formação e solidificação da sociedade capitalista.

Entretanto, para que o capitalista tenha assegurado a força de trabalho e mais valor em cima dessa mercadoria, é necessário que este trabalhador esteja vivo e em condições suficientemente capazes de voltar no outro dia à venda. Sendo assim:

A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (MARX, *idem*, p. 245)

E é nesse momento que o trabalho doméstico se destaca, se mostrando muito mais do que limpar a casa. O trabalho doméstico

É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças - os trabalhadores do futuro -, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. (FEDERICI, 2018, p. 68)

Sendo assim, o trabalho doméstico - responsável pela reprodução da força de trabalho, até hoje, independente do desenvolvimento do país e sociedade, é o alicerce da produção capitalista (Ibid., p. 69). “Mais do que isso, o trabalho reprodutivo não remunerado garante a principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho, já que é somente por meio dela que se produz a riqueza.” (CISNE, 2018, p. 94).

Mas o modelo de família patriarcal, na qual o homem é responsável pelo trabalho produtivo e por sustentar a família, e a mulher pelo trabalho do cuidado, educação e manutenção da casa, como afirma Kollontai (1982, p. 49), “destrói-se progressivamente em todos os países onde impera o capitalismo”. Pois uma das principais características do capitalismo que colaborou para transformar radicalmente a estrutura familiar foi “a difusão do trabalho assalariado da mulher” (Ibid.).

## **2.2 Mulher brasileira na história do mundo do trabalho**

Na sociedade moderna capitalista, historicamente as mulheres se relacionam com o mundo do trabalho, atuando principalmente no trabalho reprodutivo - aquele responsável por assegurar a força de trabalho no modo produtivo -, lavando, cozinhando, cuidando dos filhos e da família, da casa, entre outras tarefas cotidianamente repetitivas. As mulheres mais pobres, além do trabalho reprodutivo, também desempenhavam outras funções, tanto na cidade na condição de operárias e ocupadas no setor de serviços, como no campo, enquanto trabalhadoras rurais. Com o passar dos anos, e das lutas, as mulheres começaram a ocupar outros espaços, tornando-se estudantes e trabalhadoras remuneradas em diversas ocupações até então restritas aos homens. Todavia, o trabalho reprodutivo - do lar - nunca deixou de existir ou de ser responsabilidade dela, sendo esta responsável por duplas e até triplas jornadas de trabalho.

O processo histórico da inserção da mulher no modo de produção capitalista é peça chave para a compreensão da precariedade laboral, do trabalho feminino e do contexto atual vivenciado por este gênero. Portanto, aqui vamos nos debruçar a investigar o que a história nos diz acerca da inclusão da força de trabalho feminina no Brasil e sua transformação ao longo do tempo, sendo essa investigação um alicerce para compreender os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens na divisão sexual do trabalho, as problemáticas de gênero e a precarização e flexibilização laboral.

O século XIX será o ponto de partida para este debate, compreendendo que, com a industrialização, a urbanização e o advento do maquinário no processo produtivo, houve um crescimento da participação da força de trabalho feminina no modo de produção capitalista,

sendo as mulheres uma alternativa barata para a burguesia e o avanço do capitalismo no Brasil.

A mulher do século XIX correspondia a dois tipos diferentes: a mulher da classe alta – burguesa – vivia sob influências da cultura europeia, frequentando festas, teatro e igrejas e somente trabalhava dentro do lar, sendo sustentada pelo marido. Já as mulheres mais pobres estavam nas camadas mais rechaçadas pela pequena burguesia do país, exercendo tarefas de cozinheira, doméstica, artesã, para garantir seu sustento. Assim, “o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher, o emprego faz parte da condição de mulher pobre” (SOUZA LOBO, 1991, p. 82).

Com o advento do maquinário no processo produtivo, por meados do século XIX e início do século XX, no Brasil, as mulheres trabalhadoras, segundo Rago (2001), constituíam a maior parte do proletariado brasileiro, assim como crianças e imigrantes. Nessa época, a política adotada pelo governo era atrair milhares de migrantes europeus para exercer atividades tanto nas fábricas como nas lavouras, substituindo a mão de obra escrava (RAGO, 2001, p. 582). Frente a isso, como alternativa barata, as mulheres mais pobres, e principalmente as mulheres negras, continuaram a ocupar funções mais precarizadas, recebendo baixíssimos salários e exercendo a atividade em péssimas condições de trabalho, mesmo após a abolição da escravatura.

Nogueira (2004) aponta que a inserção da força de trabalho feminina serviu, inclusive, como instrumento para o capital flexibilizar as condições e leis trabalhistas, diminuindo salários, aumentando a produção e exigindo maiores qualificações, fazendo com que mulheres e homens se sujeitassem cada vez mais à péssimas condições de trabalho com receio do desemprego. Cisne (2018, p. 97) nos diz que o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera privada ou pública, uma das bases de sua sustentação. Nogueira (idem) ainda nos diz que os anos finais do século XIX, nas fábricas, as trabalhadoras representavam um papel “ideal” da força de trabalho, pois eram de pouco custo para a produção, jovens e sem filhos, e ainda não apresentavam qualquer espírito reivindicatório com sua condição operária. Nesse sentido, vale pontuar Federici (2018, p. 74):

Os empregadores sabem que estamos acostumadas a trabalhar por nada e que estamos tão desesperadas para ganhar um dinheiro próprio que eles podem nos ter a um preço baixo. Desde que “feminino” se tornou sinônimo de “dona de casa”, nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as “habilidades domésticas” que adquirimos ao nascer. É por isso que as

possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico.

Todavia, essa situação tende a mudar quando o movimento reformista que se desenvolve no século XIX, em conjunto com as mobilizações das mulheres em busca de reconhecimento e igualdade (BEAUVOIR, 1980, p. 147) na sociedade começa a ganhar força por vários países do mundo, inclusive, no Brasil. Assim, os anos de 1900 até 1930 foram marcados por inúmeras greves e mobilizações de trabalhadoras e trabalhadores.

A década de 1930 é um marco importante tanto do advento das leis trabalhistas – no governo do presidente Getúlio Vargas – como de maior proletarização. A mulher brasileira conquista um grande e importante direito: o voto, podendo então eleger seus representantes políticos e defender suas pautas. Nessa época, a principal reivindicação das mulheres era melhores condições de trabalho, pois, ainda que pudesse eleger seus representantes e defender suas pautas, mantinham-se em atividades laborais extenuantes, enfrentando cerca de 12 horas diárias de trabalho e ainda sendo as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico. Logo podemos observar que a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, assim como as conquistas em termos políticos, é conflituosa com o que se chama de emancipação, pois ela ainda está inserida em péssimas condições de trabalho e ainda sendo a maior, ou mesmo única, responsável pelo trabalho doméstico.

Com a modernização e a intensificação laboral do modo de produção capitalista, as cidades começam a crescer e se modificar, bem como as atividades laborais e o processo de produção. Por meados dos anos de 1960, especialmente pós-64, o novo modelo de Estado sob a ditadura militar implicou numa maior restrição aos direitos sociais e às políticas públicas, diminuindo a participação da mulher na sociedade. Já a década de 1970 é significativa para as mulheres que passam a ocupar ainda mais postos de trabalho, num fenômeno considerado por muitos teóricos como “feminização do trabalho” (ASSUNÇÃO, 2011). Entretanto, o que poderia ser considerado um avanço, é acompanhado por uma enorme onda de precarização. Com os processos de reestruturação produtiva a partir dos anos 1970, esse cenário se intensifica, começando a afetar ainda mais a situação da mulher trabalhadora, propiciando um cenário de assédio moral, extenuantes jornadas de trabalho, retirada de direitos trabalhistas e os piores postos na esfera produtiva (NOGUEIRA, 2002).

Como tentativa para sair da crise, diversas mudanças foram engendradas na tentativa de reestruturação do capital, impactando diretamente na esfera produtiva e no trabalho assalariado. Assim, o modelo vigente dessa época, o taylorismo/fordismo, caracterizado pelo

emprego em massa e as condições de superexploração, começa a sofrer mudanças e transformações. Um novo modelo japonês das fábricas da Toyota começa a ganhar espaço e trazer significativas mudanças na sociedade e, conseqüentemente, na vida das mulheres trabalhadoras. O toyotismo era conhecido como “fábrica flexível”, justamente por trazer flexibilização das relações de trabalho, os contratos trabalhistas que condicionavam o trabalhador a arcar com qualquer erro na produção, a exigência da especialização e qualificação, além da capacidade de dinâmica e criatividade para cumprir determinadas tarefas.

Com esse novo panorama no processo de produção capitalista as relações de trabalho passam por mudanças significativas, um novo perfil empregatício é exigido, agora criativo, polivalente e multiespecializado. A mulher trabalhadora passa a ser o principal alvo devido a associação da capacidade de desenvolver diversas tarefas como algo inato de seu gênero. Essas tarefas nada mais eram que um prolongamento das tarefas domésticas, pois grande parte das ocupações femininas nas indústrias obedeciam ao mesmo critério: tarefas repetitivas que exigiam atenção, cuidado e paciência (SOUZA LOBO, 1991 p. 153). O capital tem sabido se apropriar da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, herança das atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo (ANTUNES, 2009, p. 109) e é assim que ele se sustenta. Podemos, então, dizer que “o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação” (CISNE, 2018, p. 96).

Assim, a apropriação polivalente e de multiatividades do capitalismo sob a disseminação do fordismo no Brasil, intensifica a precarização, trazendo maiores desregulamentações, contratações temporárias, a informalidade do trabalho e a terceirização.

De acordo com Nogueira (2004), os anos finais do século XX foram um período importante de acontecimentos expressivos para o movimento feminista no Brasil, pois as mulheres eram fortemente atingidas, uma vez que a maioria ocupava os postos de trabalho mais precários, numa visível e cruel incorporação das desigualdades da divisão sexual do trabalho para fins de acumulação capitalista, começando então a lutar em busca de emancipação política, econômica e social, pelo direito ao trabalho e por salários iguais nas atividades iguais às dos homens. As cidades haviam crescido e se modificado e assim nossas relações também. Esses avanços trouxeram para a mulher brasileira maiores possibilidades de se profissionalizar e qualificar sua força de trabalho, se inserindo também na política, no judiciário e em diversos espaços que antes eram majoritariamente compostos por homens, mas, em decorrência disso, também trouxe maiores disputas no mercado de trabalho,

aumentando ainda mais a frequência de ocupações de baixo prestígio social, com baixíssimas remunerações e multitarefas.

A “década neoliberal”<sup>2</sup>, por volta dos anos de 1990 no Brasil, foi marcada pela pior distribuição de renda do mundo industrializado, ainda que sob o controle da inflação decorrente do Plano Real. Segundo Alves (2002) o “choque de capitalismo” da década de 1990 tendeu a concentrar mais ainda a riqueza social e a tornar mais precário o mundo do trabalho (ALVES, 2002, p. 71). É nessa década que o toyotismo ganha maior força no Brasil, impactando fortemente na “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2001), assumindo uma dimensão sistêmica. De acordo com Assunção (2011, p.33):

O Brasil seguiu a tendência de flexibilização e terceirização do trabalho como forma de redução de custos e aumento de lucros das empresas. Com a inserção decidida do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993.

A crescente incorporação da força de trabalho da mulher se mantém nessa época, ainda que também o desemprego seja significativo. Porém, várias foram as mudanças no perfil de contratação feminina, especialmente no que se diz respeito à faixa etária, escolaridade e estado civil. Se nas décadas passadas o perfil de maior contratação era o de mulher solteira, jovem e pouco escolarizada, agora o cenário começa a mudar bruscamente. Um perfil mais velho, escolarizado e preferencialmente casado começa a ser exigido (BRUSCHINI, 1998, p. 04). O aumento de postos de trabalho para mulheres começa a segregar ainda mais por classe, aumentando as ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas como o trabalho doméstico. Nessa época, o aumento do trabalho autônomo também ganha força, refletindo maior proporção de mulheres na informalidade e nos setores de limpeza, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao período de 1981 a 2002.

Considerando tais elementos apontados acima, podemos então problematizar o que hoje chamamos de emancipação feminina. Partindo dos pressupostos históricos de classe e raça podemos perceber que a entrada da mulher no mercado de trabalho e a busca por sua autonomia financeira é conflituosa com o que se conceitua como “conquista”. “O movimento das mulheres deve perceber que trabalho não é libertação. Trabalhar em um sistema capitalista é exploração, e não há prazer, orgulho ou criatividade em ser explorado.”

---

<sup>2</sup> Caracterizada pela intensa abertura econômica, baixos investimentos e terceirização da economia.

(FEDERICI, 2018, p. 123). Ademais, quantas mulheres, para estarem nos lugares que desejam, submetem outras a lugares contraditórios do ponto de vista da emancipação? Já vimos anteriormente que a mulher não é só fonte de prazer e procriação, mas também a produtora de várias fontes de riquezas, incluindo a força de trabalho. Com a chegada do trabalho doméstico remunerado, por exemplo, as mulheres trabalhadoras, que antes mesmo da remuneração já desempenhavam papéis de serviços domésticos em outras casas – como no período de escravidão e até mesmo após – começam a atuar ainda mais na casa de outras mulheres possibilitando que estas estejam em busca de melhores cargos e qualificação. É, portanto, necessário que não se confunda feminização do trabalho com autonomia e emancipação, pois a conquista pelo emprego remunerado, para as mulheres mais pobres, é uma reconfiguração da exploração historicamente já vivenciada por esta classe. E é por isso que se torna tão necessário debater as particularidades de classe e raça quando falamos de gênero.

Atualmente, segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) o total de mulheres no trabalho precário e informal é de 61%, sendo 13% maior que a presença dos homens (54%). Além disso, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2018, apontam que na região metropolitana de Porto Alegre, 78% dos trabalhadores no setor de serviços são mulheres e negras, demonstrando que precarização do trabalho não tem só gênero e classe, mas raça e etnia, sendo este um debate importantíssimo quando falamos em emancipação. E mais ainda, a ideia de que as mulheres são “naturalmente” aptas aos trabalhos de limpeza tem contribuído para que elas sejam a maioria de trabalhadoras terceirizadas da limpeza, um dos ramos onde a terceirização mais avançou (ASSUNÇÃO, 2001, p. 47).

Na próxima seção deste estudo vamos considerar uma situação particular que nos permite perceber algumas dessas contradições: o caso das auxiliares de cozinha de um shopping da cidade de Santa Maria/RS.

O trabalho das auxiliares de cozinha faz parte da categoria de setor de serviços, um setor que corresponde a 50% do PIB brasileiro e com grande concentração da força de trabalho feminina (IBGE, 2020). Essa função pode ser vista como uma extensão do trabalho reprodutivo, pois nela é desempenhada as atividades de limpeza, preparação dos alimentos, entre outras atividades que tornam essas mulheres “produtoras de outros trabalhadores” além de serem fontes de riqueza (CISNE, 2018, p. 114). Autodenominadas “*faz tudo*” elas desempenham múltiplas tarefas, tanto na esfera privada quanto na pública, e relatam diferentes percepções e estratégias para encarar os entraves que enfrentam diariamente.

### **2.3 Das ocupações tradicionalmente femininas: “Faz tudo”: o trabalho das auxiliares de cozinha**

Conforme discutido na seção anterior, das ocupações tradicionalmente consideradas femininas e que, por consequência de gênero e raça, são as mais precarizadas, encontramos o trabalho de auxiliar de cozinha, no qual as atividades laborais dão continuidade às atividades do trabalho reprodutivo.

São as mulheres mais pobres que estão nesse setor, nas cozinhas quentes, que relatam de suas queimaduras, cansaço físico e mental, e não obstante, chegam em casa e repetem o mesmo ciclo: cozinham, limpam, organizam. Elas são as mulheres que saíram de casa em busca de autonomia e emancipação, mas decorrentes das desigualdades de classe, raça e gênero, da meritocracia e do capital, só encontraram no trabalho precário uma maneira de sobreviver.

Se a participação masculina no mundo do trabalho aumentou muito pouco, para as mulheres houve um crescimento contínuo. Mas, cabe lembrar que esse crescimento ocorre mais no espaço dos sub-empregos, onde a precarização encontra-se mais acentuada. (NOGUEIRA, 2011, p. 187)

Como já vimos anteriormente, os anos passados foram marcados pela crescente presença da mulher no mercado de trabalho, entretanto tal crescimento também trouxe contradições e complexidades, principalmente para as mulheres mais pobres. Segundo Hirata (2002, p.144)

Os efeitos da globalização, complexos e contraditórios, afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino nos anos noventa. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, com a exceção da África. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. As pesquisas realizadas por economistas feministas indicam claramente essa tendência. Trata-se de um dos paradoxos da globalização, este aumento do

emprego remunerado acompanhado pela sua precarização e vulnerabilidade crescentes.

A ocupação *auxiliar de cozinha* remonta um cenário nada diferente do que encontramos em casa. As tarefas de preparar os alimentos, cozinhar, lavar pratos e talheres, o chão, as geladeiras, copos e potes e ainda servir o alimento, só se diferenciam do que é feito em casa por conta da grande quantidade e da remuneração - dessa vez o tal trabalho reprodutivo da mulher está sendo pago, ainda que bem pouco. Nas entrevistas, 5 de 5 mulheres entrevistadas, ao serem perguntadas sobre suas funções no estabelecimento, se autodenominaram “faz tudo”. Algumas delas, além de mencionarem as atividades citadas acima, também indicaram atividades como atender o caixa e fazer as compras para o estabelecimento.

Como essa pesquisa foi feita em um cenário de pandemia mundial, decorrente da Covid-19, que nos exige distanciamento e isolamento social, a ideia de acompanhar de pertinho a rotina das trabalhadoras ficou para um outro momento futuro. Sendo assim, aqui só poderemos contar com o que foi dito, com a própria percepção que essas mulheres têm de si, do seu trabalho remunerado e do seu trabalho reprodutivo. Para que possamos ter uma leitura direta do que foi narrado nas entrevistas, serão utilizados nomes fictícios para referenciar cada fala, assegurando a discrição e confidencialidade de cada uma e dando a este trabalho um caráter mais próximo e íntimo com seu objeto. Os nomes escolhidos não fazem articulação alguma com cada mulher entrevistada, eles foram sorteados e são nomes de algumas mulheres importantes na história de lutas do Brasil. Os nomes serão: Olga, Elis, Lélia, Nise e Marielle.

Essas mulheres têm idades variadas entre 30 a 49 anos, trabalham 6 dias na semana tendo uma jornada de até 10 horas por dia. Todas elas, além do trabalho remunerado, dedicam-se ao trabalho doméstico, desempenhando uma média de 4 horas por dia para as atividades do lar que envolvem limpeza, preparação dos alimentos e cuidado com os filhos. Quanto à autodeclaração racial, 2 se declararam negras, 2 pardas e uma branca. Das 5, apenas uma está estudando - fazendo graduação - e atuando em uma tripla jornada de trabalho. As outras 4 responderam, referente ao grau de escolarização, que não estão estudando no momento; sendo 2 com ensino médio completo e outras 2 não tendo completado o segundo grau. Quanto ao estado civil, 2 são casadas, enquanto as outras 3 se declararam mães solas. Todas são mães.

Para uma melhor compreensão do perfil dessas trabalhadoras, segue a tabela abaixo:

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>RAÇA/ ETNIA</b>	<b>FILHOS</b>	<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>RENDA FAMILIAR MENSAL</b>
<b>Elis</b>	<b>47</b>	<b>Branca</b>	<b>2</b>	<b>Solteira</b>	<b>Ensino médio incompleto</b>	<b>1 a 3 salários mínimos</b>
<b>Lélia</b>	<b>33</b>	<b>Preta</b>	<b>3</b>	<b>Casada</b>	<b>Ensino médio completo</b>	<b>1 a 3 salários mínimos</b>
<b>Nise</b>	<b>49</b>	<b>Parda</b>	<b>6</b>	<b>Casada</b>	<b>Ensino fundamental completo</b>	<b>de 1 a 3 salários mínimos</b>
<b>Marielle</b>	<b>32</b>	<b>Preta</b>	<b>2</b>	<b>Solteira</b>	<b>Ensino superior em andamento</b>	<b>de 1 a 3 salários mínimos</b>
<b>Olga</b>	<b>30</b>	<b>Parda</b>	<b>3</b>	<b>Solteira</b>	<b>Ensino médio completo</b>	<b>de 1 a 3 salários mínimos</b>

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O crescimento extensivo dessa ocupação, especialmente nos shoppings onde há maior concentração da população consumidora das cidades, revelam um quadro em que a maioria de trabalhadores nessa função são mulheres, mães, negras e, como no perfil levantado, com apenas o ensino básico completo. As mulheres nessa ocupação lutam diariamente para serem reconhecidas e valorizadas pelo seu trabalho, enfrentam, além da precarização, riscos à sua saúde física e emocional e ainda precisam se sujeitar à diversas opressões e preconceitos sem poder recorrer ao próprio sindicato, que veremos adiante estar mais a favor das empresas do que de seus trabalhadores.

Ao analisar as respostas apresentadas pelas trabalhadoras foi possível conhecer um pouco do seu cotidiano de trabalho e suas atividades laborais. Perguntadas sobre suas tarefas como auxiliares de cozinha, elas relataram que são responsáveis pela organização e preparação de todo o alimento que é servido no local e também da limpeza do estabelecimento, antes de abrir, em seu funcionamento e na hora de fechar. Algumas delas relatam que além dessas atividades, muitas vezes precisam fazer outras tarefas como atender o caixa quando o responsável por essa atividade está no seu período de intervalo.

A maioria delas possui uma jornada de cerca de 8 horas diárias, com uma folga na semana, enquanto uma delas relatou trabalhar até mesmo 10 horas por dia, pois não há mais outras pessoas no seu local de trabalho que saibam fazer a preparação dos alimentos servidos. Todos os estabelecimentos funcionam de domingo a domingo, e cada trabalhador tem direito a uma folga na semana e um domingo por mês. Esse direito trabalhista é assegurado pela

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e acordado entre sindicato da categoria e empresas (no caso o shopping). De acordo com a legislação vigente do município de Santa Maria, o empregado somente poderá trabalhar no máximo dois domingos consecutivos, folgando, obrigatoriamente, no terceiro domingo. O Artigo 68<sup>3</sup> da CLT, diz que para que os estabelecimentos funcionem aos domingos é necessário que haja uma lei municipal permitindo, confrontando o Artigo 67<sup>4</sup> que determina o domingo como dia de folga aos trabalhadores e trabalhadoras.

As tarefas de cozinha por si só podem oferecer riscos à saúde de quem as faz. Quando feitas em grande escala, como o trabalho das auxiliares de cozinha, esses riscos podem ser bem maiores e mais graves. Todas as trabalhadoras entrevistadas relataram um histórico de riscos vivenciados por sua categoria no seu tempo de serviço, o mais comum citado por elas foram as queimaduras nos braços e rosto. Além do cansaço de ficar em pé por mais de 7h, também foram relatados perigos como gás e eletricidade. Uma delas mencionou um vazamento de gás enquanto ela e outras colegas estavam com o fogão aceso, e que além do fogo o cheiro as deixou intoxicadas pela inalação do gás.

Além dos riscos, do cansaço e da repetição das tarefas, as trabalhadoras também relataram os preconceitos sofridos, não só dos estabelecimentos, como também com a própria clientela do shopping. Duas das entrevistadas se autodeclararam negras, enquanto outras duas se consideram pardas e uma se autodeclara branca, além disso, uma delas mencionou o fato de ser uma mulher gorda e o quanto isso, somado a sua raça, dava maior brecha para comentários preconceituosos. Nas palavras dela:

[...] ser mulher não é fácil, né?! [...] eu falo por mim que sou gorda, obesa, além disso tenho a minha cor que é parda, e tem preconceito quanto a qualquer uma dessas coisas (peso, cor). Eu já passei algumas coisas bem difíceis. Tem que ser corajosa porque não é fácil. [...] No meu trabalho eu já ouvi comentários da minha coordenadora como “como é que pode, ela é gorda mas ela corre naquela cozinha”, como quem diz que uma pessoa gorda não tivesse capacidade. (Nise, 2020)

---

<sup>3</sup> Art. 68 – O trabalho aos domingos, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

<sup>4</sup> Art. 67 – Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Assunção (2011, p. 47) nos diz que a inserção em massa da força feminina no mercado de trabalho a partir dos anos de 1970, promoveu um fenômeno denominado “feminização do trabalho”:

As mulheres, principalmente a partir da década de 1970, passam a ocupar mais postos de trabalho, num fenômeno que alguns historiadores chamam de “feminização do trabalho”. Mas este avanço é acompanhado de uma enorme precarização, relegando às mulheres os piores postos, péssimas condições, assédio moral, jornadas extenuantes, retirada de direitos trabalhistas, além do trabalho doméstico.

A precarização do trabalho das auxiliares de cozinha não permanece apenas no âmbito da repetição das tarefas e dos riscos à saúde, ela também se encontra na faixa salarial e na falta de benefícios, especialmente os que dizem respeito à atenção à saúde das trabalhadoras. As trabalhadoras entrevistadas relataram que o único benefício que a empresa oferta é o vale transporte, e este ainda é descontado 6% do seu salário. Houve uma entrevistada que relatou receber vale saúde<sup>5</sup> de sua empresa, apenas. A necessidade de receber auxílio saúde e um plano médico torna-se necessário quando as mesmas relatam suas condições de saúde e os riscos sofridos pela empresa. A categoria de auxiliar de cozinha recebe hoje um valor entre R\$ 1.106,00 à R\$ 1.368,00 conforme grau de experiência e escolarização, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), salário este que para muitas é a única fonte de renda da família, muitas vezes sendo insuficiente para recorrer ao médico e exames de rotina.

Outro importante ponto a ser destacado neste capítulo é a importância do trabalho na vida dessas mulheres. De pouca renda e baixa escolaridade, para elas o trabalho de auxiliar de cozinha é um meio de sobrevivência:

O trabalho pra mim é pagar as contas, é ter pra pagar as contas, manter minha casa, minha pequena grande família. Uma coisa leva a outra, sem trabalho a pessoa não tem dinheiro e se você não tem dinheiro, você não tem nada hoje em dia. (Olga, 2020)

Em suas falas e respostas fica evidente o lugar do trabalho na vida de cada uma, elas precisam daquela renda, ainda que pouca. Precisam trabalhar, sustentar os filhos, pagar aluguel, água, luz, alimentação e transformar o salário de R \$1,300 em “ouro”. Conforme, Elis (2020) “É uma questão de necessidade. Não trabalho por amor, é uma necessidade”.

---

<sup>5</sup> Uma porcentagem a mais sob seu salário para questões voltadas ao adocimento da trabalhadora. O valor não foi informado.

Todas elas, ao serem questionadas sobre seus projetos e planos, desejariam estar em outras profissões e ocupações. Mencionaram o fato de que trabalhar na cozinha de restaurantes hoje é a única opção para elas, além do desemprego. Conforme os relatos, a falta de tempo e a necessidade de ter uma renda as impossibilita de estarem onde querem estar: nas universidades ou mesmo no próprio negócio.

## **2.4 A dupla jornada e a divisão sexual do trabalho**

Se o capitalismo depende de uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raça e das práticas sociais. (SOUZA LOBO, 1991, p. 157)

Os “trabalhos das mulheres” foram e são tema de pesquisa, seminários, debates, e polêmicas apaixonadas na América Latina por muitos anos (SOUZA LOBO, 1991, p. 161), e para as ciências sociais, especialmente na área da sociologia do trabalho, estudar a condição feminina no capitalismo é de enorme importância, principalmente se adentrarmos na condição de classe e raça das mulheres. Como sabemos, a classe trabalhadora é heterogênea (THOMPSON, 1963), ela possui raça, etnia, gênero e particularidades que precisam ser estudadas e abordadas pelos teóricos da sociologia do trabalho e pelo próprio movimento feminista que busca a plena emancipação. E precisamos começar a entender e problematizar a divisão sexual do trabalho levando em consideração também as extenuantes jornadas de trabalho que as mulheres mais pobres vêm enfrentando. Como nos explica Cisne (2018, p. 36),

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes.

E complementa Nogueira (2004), que a divisão sexual do trabalho se expressa na forma de profissões femininas naturalizadas e de remuneração inferior:

Como vimos, o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas às suas capacidades inatas. (NOGUEIRA, 2004, p. 18).

Assim, como nos lembra Thompson (1963), a classe não é massa homogênea, e cada uma das suas particularidades se relacionam, dialeticamente, trazendo implicações variadas para cada um que a compõem. Assim, “as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros” (CISNE, 2018, p. 37), hierarquizando as relações e opressões dentro da própria classe.

Como vimos anteriormente, a presença da mulher no trabalho remunerado não as exclui do trabalho reprodutivo, duplicando sua jornada de trabalho e trazendo ainda mais entraves para a luta por sua emancipação, “possuir dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos.” (FEDERICI, 2018, p. 69). Uma pesquisa recente do IBGE (2019) sobre a jornada semanal feminina, foi contabilizado que a mulher trabalhadora dedica 53,3h por semana ao trabalho, sendo 34,8 horas de emprego remunerado e as 18,5 horas em atividades não remuneradas, como é o caso do trabalho reprodutivo. Ainda nessa pesquisa há um fato de extrema importância também: nas famílias onde a mulher trabalha fora, as filhas (84,4%) estavam na responsabilidade do lar, cuidando dos irmãos e fazendo a manutenção das tarefas domésticas. Esses dados demonstram que o cenário do trabalho doméstico, mesmo que a mulher trabalhe fora, ainda é de total ou maior parte dela, e quando dividido parcialmente fica na responsabilidade principalmente das filhas mulheres, salientado novamente uma naturalização dos papéis de gênero. As entrevistadas são as maiores, em alguns casos, únicas, responsáveis pelo trabalho doméstico. E ainda as que relatam contar com a participação do marido e filhos nas tarefas da casa, comentam que as tarefas deles são bem menores em relação às suas.

Em casa, elas fazem as mesmas atividades do trabalho: limpam, organizam, cozinham, mas com um extra: precisam também atender a demanda dos filhos, dando atenção e cuidado. Nas casas onde as trabalhadoras são solteiras, elas contam que a participação dos filhos é significativa, entretanto, é a filha mulher a maior responsável pela casa. E nos casos em que os filhos são crianças, a responsabilidade por eles, enquanto a trabalhadora está fora, é de sua mãe.



## 2.5 A COVID-19 e o trabalho das mulheres

A pandemia decorrente da Covid-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça (ANTUNES, 2020 p. 17) e ainda que, desde seu estrondoso e rápido aparecimento no Brasil, se diga que estamos todos no mesmo barco, a realidade na prática se mostra contrária. Há barcos bem equipados, seguros, enquanto outros estão a naufragar.

Uma pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que as mulheres são as mais atingidas pela crise no mercado de trabalho durante a pandemia da Covid-19. No segundo trimestre deste ano, as mulheres representavam 46,3% da força de trabalho (o índice considera mulheres empregadas e que procuram emprego). É o menor número desde 1990, quando a porcentagem era de 44,2%. De acordo com o IBGE, a perda na participação evidencia que as mulheres são as mais atingidas pela crise econômica agravada pelo vírus. Ademais, segundo Antunes (2020, p.19):

Dada a divisão sociossexual e racial do trabalho em sua nova morfologia, as mulheres trabalhadoras brancas sofrem mais que os homens brancos (basta ver que os altos índices de violência doméstica e feminicídio se ampliam durante a pandemia), enquanto as trabalhadoras negras são ainda mais penalizadas que as brancas (veja-se o exemplo das trabalhadoras domésticas no Brasil, que totalizam 6,2 milhões, das quais 68% são negras).

Dados sobre o aumento da violência doméstica também se mostram em constante crescimento. Desde o início da pandemia no Brasil, em março de 2020, 497 mulheres perderam suas vidas, isso significa que foi 1 feminicídio a cada 9 horas entre março e agosto deste ano. Os dados são do segundo monitoramento Um Vírus e Duas Guerras<sup>8</sup> que também mostram que logo no início do confinamento da população, 195 mulheres foram mortas em 20 estados. Ademais, a pandemia da Covid-19, ao chegar e parar toda a população do mundo, pessoas, fábricas, empresas, escolas e todos os setores produtivos nos mostrou algo significativo e que, em tempos pré pandemia passava despercebido: o trabalho reprodutivo existe e ele não para!

Foi necessário uma crise sanitária – e econômica – para que a população percebesse a importância do trabalho reprodutivo no dia a dia. A verdade é que as práticas de cuidado e prevenção de contágio com o vírus acentuam ainda mais a realidade da mulher trabalhadora

---

<sup>8</sup> Pesquisa feita pelo Projeto Colabora, em outubro de 2020, em parceria com a Amazônia Real e Ponte Jornalismo. Disponível em <<https://projetocolabora.com.br/especial/um-virus-e-duas-guerras/>> Acesso em dezembro de 2020.

no Brasil, reforçando a exploração privada e a precarização do trabalho doméstico. Se antes essas mulheres já tinham uma rotina metódica, interminável e exaustiva, os dias atuais contribuem ainda mais com essa sobrecarga. As atividades de lavar, arrumar, cozinhar, limpar, dar apoio emocional e cuidado, agora também competem com a preocupação do contágio com o vírus, exigindo, então, que a mulher trabalhadora destine mais horas com a higienização dos alimentos e mercadorias vindas de fora, com o apoio educacional dos filhos que estão em aulas remotas e também um maior cuidado ao ter que sair de casa para o trabalho remunerado, tendo que destinar também mais horas com a troca de roupas e higienização do corpo. A classe trabalhadora que antes mesmo da aparição do vírus já se encontrava entre a cruz e a espada: o trabalho precarizado ou o desemprego, agora enfrenta uma escolha ainda pior: a contaminação por estarem expostas ao vírus e manter meios de subsistência ou o desemprego sem benefícios e assistência médica adequada.

Federici (2018) explica que é com base no trabalho de cuidado doméstico que o sistema capitalista se sustenta: o trabalho reprodutivo não remunerado ou de baixa remuneração realizado dentro das casas é um trabalho conformado pelo e para o capital a fim de garantir a sua funcionalidade. Lembremos então da primeira morte por Covid-19 na cidade do Rio de Janeiro<sup>9</sup> no início do ano de 2020, quando vimos a situação se agravar ao mesmo passo em que o governo a banalizava. Cleonice, empregada doméstica de 63 anos, foi contaminada pela patroa que havia voltado da Itália com o diagnóstico da doença. A empregadora não contou para Cleonice de seu diagnóstico, muito menos obedeceu as regras de não contato, mantendo a empregada em sua casa num momento de necessidade de isolamento social. Esse fato repercutiu pelo Brasil dividindo a população entre a defesa da patroa e o repúdio pela negligência com a empregada, evidenciando o trabalho doméstico que por muito tempo passou despercebido. Não precisou muito tempo para o prefeito de Belém incluir empregadas domésticas como trabalho essencial antes mesmo do início do lockdown, salientando ainda mais a desigualdade de classe, gênero e raça no Brasil.

De acordo com Saffioti (1987), a mulher negra, mesmo após o fim da escravidão, permaneceu ocupando os cargos de limpeza e outras funções historicamente subalternizadas. Preenchendo a última posição da pirâmide social. “Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual”’. (SAFFIOTI, 1987, p. 52)

---

<sup>9</sup> Sobre a morte de trabalhadora doméstica por coronavírus ver em: Jornal da Universidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicas-para-protetor-a-classe/>> Acesso em março de 2020.

O trabalho na praça de alimentação dos shoppings da cidade de Santa Maria entrou na categoria dos trabalhos essenciais, pois para o prefeito da cidade Jorge Pozzobom (PSDB), assim como as empresas fornecedoras de serviço, a alimentação – terceirizada para as empresas privadas – é essencial para a manutenção da vida. O decreto Nº 62, DE 24 DE MARÇO DE 2020 <sup>10</sup> da cidade de Santa Maria estabeleceu novas medidas para o funcionamento do comércio e estabelecimentos, levando em consideração o distanciamento e o cuidado com o contágio e circulação do vírus.

Os shoppings de Santa Maria no primeiro momento podiam apenas abrir a praça de alimentação, não sendo permitida a entrada de outras pessoas que não fossem os trabalhadores do local. Assim, os estabelecimentos de alimentação entravam na categoria de serviços essenciais, funcionando apenas com entregas por delivery. O decreto ainda exige maior fiscalização e higienização dos produtos, do local e a obrigatoriedade de máscaras pelos funcionários, durante todo o horário de trabalho.

Mas as medidas de proibição da abertura dos shoppings para lazer mudaram no mês seguinte. Assim lojas e outros espaços voltaram a abrir, reduzindo a capacidade de circulação de pessoas. A praça de alimentação voltou a receber os clientes que, sem máscara, comiam no local com apenas uma mesa de distância de outras pessoas. Assim, a vida das trabalhadoras auxiliares de cozinha que lá trabalham mudou bruscamente, desde o início do ano de 2020 até o momento atual.

Elas relataram que estão trabalhando desde o início do isolamento, ficando em casa por apenas 15 dias no mês de março, quando o primeiro decreto de quarentena foi instaurado. Após esse hiato continuaram com suas rotinas no trabalho remunerado, dessa vez trabalhando bem mais e com maiores riscos. Muitas das trabalhadoras que foram contatadas no final do ano de 2019 já não estavam mais trabalhando no shopping, isso porque com a crise sanitária a economia também sofreu bastante. Um levantamento feito pela CACISM<sup>11</sup> com empresas da medicina do trabalho notificou que o número de demissões em Santa Maria nos 3 primeiros meses de quarentena, chegou a 10 mil. As auxiliares de cozinha entrevistadas nos trazem um panorama bem assustador sobre as demissões nas empresas em que trabalham: Olga relatou 6

---

<sup>10</sup> O decreto de número 62, de 24 de março de 2020, é um decreto municipal da cidade de Santa Maria – RS, referente às restrições para o funcionamento do comércio e feiras livres, buscando estabelecer medidas de contenção do contágio da pandemia do novo coronavírus. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/decreto/2020/7/62/decreto-n-62-2020-estabelece-novas-medidas-restritivas-para-a-realizacao-de-feiras-livres-no-ambito-do-municipio-de-santa-maria-com-vistas-a-estabelecer-medidas-de-contencao-do-contagio-da-pandemia-do-novo-coronavirus-covid-19-e-da-outras-providencias>> Acesso em 29 de dezembro de 2020.

<sup>11</sup> Fonte: Diário de Santa Maria, 2020. Disponível em: <<https://diariosm.com.br/colunistas/colunistas-do-site/deni-zolin/cacism-diz-que-santa-maria-ja-registrou-10-mil-demissoes-em-tres-meses-de-pandemia-1.2235765>> Acesso em 17 de julho de 2020.

demissões de colegas; Nise 3; Marielle 1 e Elis relatou outras 2 demissões. Apenas no estabelecimento em que Lélia trabalha não houveram demissões.

Além disso, o salário das trabalhadoras também sofreu mudanças. Duas delas relataram uma redução de quase R\$ 400,00. A jornada de trabalho também mudou, algumas estão trabalhando cerca de 10 horas por dia enquanto outras diminuíram a jornada para 7 horas. Entretanto, todas elas relataram igualmente que a intensificação do trabalho aumentou. Agora é preciso um maior cuidado, higienizar o local, os alimentos, tudo em maior nível que antes. A contradição se encontra quando perguntadas sobre as medidas de segurança ofertadas pelas empresas, nem todas receberam equipamento de segurança, com exceção das que receberam apenas máscaras. Uma das entrevistadas ainda relatou que o álcool em gel que a empresa disponibilizou é dividido entre trabalhadoras e clientes e que este se encontra vencido.

As trabalhadoras são dependentes do transporte público, nenhuma delas possui outra maneira de se locomover de casa até o trabalho e vice e versa. Com as medidas de prevenção adotadas pela cidade, as empresas de ônibus estão com horários e linhas reduzidas, dificultando ainda mais a vida dessas mulheres e as expondo ao vírus. Uma delas inclusive relatou fazer o trajeto a pé, caminhando cerca de 40 minutos de ida mais 40 minutos de volta, para não se expor tanto ao vírus e ainda conseguir poupar o dinheiro da passagem, visto que seu salário reduziu.

Perguntadas sobre trabalhar na pandemia, a percepção delas é unânime: gostariam de estar em casa, protegidas com seus filhos e famílias. “Fácil não é. Pegar o transporte tem sido bem difícil, mas tento me cuidar. Tenho meus filhos que dependem do meu serviço e da minha saúde.” (Lélia, 2020); “Tive que me habituar. Troquei o transporte público e estou fazendo o trajeto a pé. Não gostaria de estar trabalhando, não gostaria de colocar meus filhos em risco.” (Elis, 2020).

Outra mudança significativa decorrente da Covid-19 na vida dessas trabalhadoras é no âmbito privado. As trabalhadoras com filhos menores de idade, 4 delas, comentaram que os filhos estão tendo aulas em EAD e que isso as encarrega de prestar auxílio à eles com as atividades. As trabalhadoras casadas comentaram sobre a ajuda do companheiro nas atividades, tanto domésticas (limpeza, organização e alimentação) quanto escolares (auxílio com os filhos), mas a ajuda do companheiro não é igual a sua atuação e sim parcial. Logo veremos como a divisão sexual do trabalho também é uma dificuldade vivenciada por essa categoria.

Sobre a percepção política em relação ao governo, a nível nacional, todas elas se mostraram insatisfeitas. Mas em relação ao governo municipal, composto pelo atual prefeito Jorge Pozzobom (PSDB), divide as opiniões. A principal crítica é o negacionismo<sup>12</sup> do governo nacional do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), que além de com frequência banalizar a Covid-19 também não tem se destacado por promover ações para barrar sua circulação e acelerar a imunização<sup>13</sup>. Nas palavras de Olga (2020): “No geral nosso presidente está sendo horrível, menosprezando a Covid, mas o Pozzobom tá fazendo o possível. Mas eu queria a bandeira preta pra assustar a população e fazer tudo parar”. Já Lélia discorda quanto ao governo da cidade: “O Pozzobom não faz nenhuma atitude rígida para fiscalização. O shopping lotado até tarde, as ruas cheias de gente. É uma vergonha.”.

Em relação ao que esperavam que fosse feito nesse momento, todas elas responderam que o ideal era ter parado tudo desde o início da pandemia e que os governos deveriam seguir os protocolos como foi proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

---

<sup>12</sup> Imprensa internacional destaca negacionismo de Bolsonaro ao noticiar diagnóstico positivo para coronavírus. Fonte: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53328603>> Acesso em 09 de janeiro de 2021.

<sup>13</sup> Sobre a imunização, o presidente Jair Bolsonaro tem se mostrado desfavorável às vacinas desenvolvidas até agora. Fonte: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/ja-mandei-cancelar-presidente-sou-eu-diz-bolsonaro-sobre-compra-da-vacina-coronavac-1-24704594>> Acesso em 09 de janeiro de 2021.

### 3. LUGAR DE MULHER É MESMO ONDE ELA QUISER?

O que é necessário explicar não é que o faminto roube ou que o explorado entre em greve, mas por que razão a maioria dos famintos não rouba e a maioria dos explorados não entra em greve. - Wilhelm Reich<sup>14</sup>

A inserção da mulher no mundo do trabalho foi resultado de uma série de lutas e reivindicações. Mas é preciso questionar esse resultado como uma conquista, que não possui entraves e contradições. Afinal, como já vimos anteriormente, o modo de produção capitalista precisa de mão de obra barata e tem sabido utilizar o trabalho da mulher mais pobre.

Segundo Mészáros (2002), 70% da população mais pobre do mundo é composta por mulheres, elas também são as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas (CISNE, 2018, p. 27). Se por um lado temos mulheres lutando pela sua autonomia financeira e por igualdade de salários, por outro temos mulheres em cargos precários em diferentes setores, com extenuantes jornadas e quase nada de tempo de sobra. Para essas mulheres, a igualdade salarial não é suficiente, assim como a conquista pelo mercado de trabalho, afinal “para as mulheres pobres e da classe trabalhadora, a igualdade salarial pode significar apenas igualdade na miséria” (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 42).

De fato a entrada da mulher no espaço público gerou grandes avanços na luta por seus direitos, afinal, saindo de casa ela entra em contato com novos fatores, incluindo o mundo da política e vários segmentos de luta por melhores condições de vida e igualdade de direitos entre homens e mulheres (como é o caso de sindicatos, conselhos e movimentos sociais). Entretanto, as mulheres que conseguem participar desses espaços são, muitas vezes, mulheres da classe média, sem filhos, estudantes e/ou em ocupações menos desgastantes, com curtas jornadas de trabalho e poucas atividades domésticas. Esse não é o caso das auxiliares de cozinha, um setor de baixa exigência em termos de qualificação e de mão de obra barata, que contrata as mulheres com menor escolaridade, para que essas se dediquem em maior parte ao trabalho, deixando-as imersas nas atividades exaustivas que lhes sugam tempo e disposição, e que ao voltarem para casa se deparam com mais uma rotina: o trabalho reprodutivo.

---

<sup>14</sup> Apud Cisne (2018, p. 31)

### 3.1 Um breve histórico do movimento de mulheres e o feminismo no Brasil

O direito de votar, estudar, escolher uma profissão e até se divorciar, por muito tempo foram apenas sonhos na vida de muitas mulheres. Essa realidade mudou a pouco, na verdade, a bem pouco mesmo, a partir de muita luta e organização. Segundo Sueli Carneiro (2003, p.117):

O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo. Ele também é um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder.

A história do movimento das mulheres e do feminismo no Brasil mostrou que não é impossível quebrar as barreiras da opressão (ASSUNÇÃO, 2011, p. 92). Mas, mesmo diante de tantas transformações importantes, conquistas e direitos, a condição de vida de uma parcela de mulheres brasileiras ainda é marcada por forte opressão e exploração. Isso também é uma consequência das fragilidades do feminismo em reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, fazendo com que muitas vezes que ainda são silenciadas sejam vítimas de outras formas de opressão além do sexismo (CARNEIRO, 2003, p. 118).

O problema é que, ainda que façamos parte de um mesmo grupo social, ou do mesmo gênero, nós mulheres fazemos parte de uma sociedade que permanece dividida em classes, e por isso não há emancipação das mulheres se não existir emancipação de toda a classe trabalhadora. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 92)

Para adentrarmos neste debate precisamos fazer uma diferenciação importante entre feminismo e movimento de mulheres, isso porque: todo feminismo é um movimento de mulheres, mas nem todo movimento de mulheres incorpora os pressupostos feministas em sua luta (CISNE, 2018, p. 139). O movimento de mulheres surgiu, no Brasil, reivindicando principalmente melhores condições de trabalho. Já o movimento feminista era todo aquele que lutava contra as opressões e pela liberdade de gênero, defendendo pautas como o aborto, a sexualidade, violência, autonomia, direitos civis e políticos. Por ora, poderemos ver, nas próprias frases das entrevistadas, que elas concordam com muitas das pautas feministas, mas nem todas se enxergam como feminista, aproximando-se muito mais do que o movimento de

mulheres defendeu por anos. Isso ocorre, principalmente, porque, ao assumir pautas identitárias, o feminismo foi se separando, criando novas vertentes, e muitas vezes se afastando da massa marginalizada de mulheres. Gonzales (2008, p. 36), sobre a dificuldade dos movimentos de mulheres em defender outras pautas além das identitárias e culturais, nos diz o seguinte:

Apesar das poucas e honrosas exceções para entender a situação da mulher negra [...], poderíamos dizer que a dependência cultural é uma das características do movimento de mulheres em nosso país. As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados.

Sueli Carneiro (2011, p. 121-122), também aponta uma universalização das pautas feministas, que excluem as particularidades de classe e especialmente de raça/etnia dos debates sobre gênero.

[...] o movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. [...] É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (Carneiro, 2011, p. 121-122).

No Brasil, ao longo da história, o movimento feminista se subdividiu em três principais correntes: o feminismo radical, o feminismo classista ou socialista e o feminismo liberal. Essas correntes se mantêm até hoje, se opondo entre si quanto às questões sociais, políticas e econômicas (CISNE, 2018, p. 142).

Faremos aqui uma distinção precisa sobre as duas vertentes: o feminismo liberal e o feminismo classista, pois ambos se confrontam brutalmente, especialmente no que diz respeito à emancipação das mulheres trabalhadoras. O feminismo liberal consiste, principalmente, na defesa das liberdades individuais, buscando reduzir as desigualdades entre homens e mulheres a partir de políticas de ação positiva (CISNE, 2018, p. 142). Ou ainda:

Centrado no Norte global, entre a camada gerencial-profissional, ele está voltado para a “imposição” e a “quebra do telhado de vidro”. Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37).

Esse feminismo está satisfeito que a autonomia financeira é uma forma de emancipação feminina. Ele secundariza as diferenças de classe, colocando mulheres mães, negras, pobres em funções precarizadas, como as próprias costureiras que trabalham nas lojas de departamento, personalizando roupas com a palavra *feminist*, por um salário baixíssimo e péssimas condições de trabalho no mesmo grupo que a população branca, classe média/alta, defensora do feminismo liberal que circula com suas roupas advindas da exploração que elas acreditam ser autonomia.

Já o feminismo classista ou socialista, defende que a verdadeira emancipação das mulheres só poderá advir de uma transformação global nas estruturas da sociedade, compreendendo que há relações de classe e raça que diferenciam as opressões, como bem analisou Angela Davis (2016, p. 75):

Como regra, pessoas brancas abolicionistas ou defendiam os capitalistas industriais ou não demonstravam nenhuma consciência de identidade de classe. Essa aceitação sem objeções do sistema econômico capitalista era evidente também no programa do movimento pelos direitos das mulheres. Se a maioria das abolicionistas via a escravidão como um defeito indecente que precisava ser eliminado, a maioria das defensoras dos direitos das mulheres enxergava a supremacia masculina de forma similar – como uma falha imoral de uma sociedade que, em seus demais aspectos, era aceitável.

Nesse sentido, por exemplo:

Um homem pobre e heterossexual possui muito mais respeitabilidade do que um homem pobre gay. A dimensão de classe, contudo, não pode ser dissociada dessa análise. Um gay rico, por mais que sofra opressões pela sua orientação sexual, não sofre tanta discriminação quanto um gay pobre, além

disso, possui privilégios oferecidos pela sua condição socioeconômica que um pobre heterossexual não possui. (CISNE, 2018, p. 40)

O feminismo classista compreende que há uma unidade dialética na sociedade e entre as subestruturas, integrando as categorias raça, classe e gênero. Portanto, defende que para alcançar a liberdade, precisamos achar um ponto comum entre todas as lutas e buscar o fim das desigualdades sociais (CISNE, 2018, p. 43).

Incorporar as pautas da classe trabalhadora é um desafio para os movimentos que buscam por emancipação, afinal lugar de mulher pobre tem sido no trabalho precarizado e o feminismo liberal se recusa a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma grande maioria de mulheres (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 37). Por outro lado, o feminismo classista também tem muito o que avançar em torno dessa problemática empírica e teórica.

No Brasil, compreender a história do movimento feminista não é tarefa fácil (CISNE, 2018, p. 142), afinal este é um país sem memória (SOUZA LOBO, 1991, p. 211) e as mulheres foram e são até hoje invisibilizadas.

Um marco importante na vida das mulheres foi o movimento sufragista que começou a se manifestar no Brasil no século XIX, mas foi por volta da década de 1920 que ganhou maior força. Já no movimento sufragista surgiu as primeiras vertentes do feminismo, separando a luta de mulheres que lutavam por diferentes direitos. Ainda que nesta época houvesse uma perspectiva forte do feminismo de classe, tendo a participação de muitas trabalhadoras, a maioria das mulheres que construíram o movimento eram intelectuais e cultas. Neste primeiro momento de organização do feminismo no Brasil, as conquistas foram bem poucas, sendo a única concreta o direito ao voto (CISNE, 2018, p. 145).

Nos anos finais da década de 1940 e início dos anos de 1950, as mulheres brasileiras de diferentes classes começaram a integrar grupos como os clubes de mães, um movimento que durou até 1970 se destacando nos bairros mais pobres do país. Nessa época, as pautas das mulheres eram por melhores condições à saúde, acesso à creches, educação e serviços públicos. Esse movimento não era diretamente feminista em sua formação, mas o fato de reivindicar mudanças e inclusive conquistar a cena política e o espaço público, é também feminismo (Ibid.).

Com a ditadura engendrada pela classe burguesa do país, os anos de 1964 até a década de 1970 exigiram que muitas mulheres fossem protagonistas da luta contra a autocracia burguesa e a repressão e tortura. Esse movimento resultou em muitas formas de resistência e

organização por parte das mulheres brasileiras, trazendo, na segunda metade do século XX, uma consolidação do feminismo no país.

Segundo Souza Lobo (1991, p. 249), “a novidade nessas trajetórias das mulheres nos anos 1970 e 1980 está não só no fato de saírem às ruas descobrindo seus direitos sociais, mas no fato de que tenham redescoberto seus corpos, suas experiências, seus direitos”. Com sua consolidação nos anos de 1970, o feminismo trouxe uma variedade de possibilidades para as mulheres, podendo estas estarem no campo da pesquisa científica, na política brasileira, e mais ainda: o direito de poderem lutar e serem donas de suas vidas.

Ao longo desses anos, a luta das mulheres foi se dividindo. No início lutavam pela redemocratização do país tendo o Estado como inimigo comum (SOUZA LOBO, 1991, p. 221), após esse período começaram a se organizar em partidos que defendiam diferentes pautas e reduziam a luta autônoma das mulheres. E assim, com a construção dos Conselhos dos Direitos da Mulher, o feminismo passa a se polarizar defendendo pautas diferentes, que podem variar a partir das experiências e condições de classe e raça.

Para as trabalhadoras entrevistadas, o movimento de mulheres, assim como o feminismo, foi de total importância para a história das mulheres hoje. Elas acreditam, unanimemente, que ser mulher no Brasil não é algo fácil, mas que está bem melhor do que já foi. E “se está melhor, é porque muitas mulheres saíram às ruas e se dedicaram à luta” (Elis, 2020).

Na próxima seção será aprofundada a reflexão das auxiliares de cozinha entrevistadas sobre as questões que envolvem o contato com as pautas e lutas das mulheres no Brasil, apontando suas perspectivas sobre feminismo, organizações sindicais e espaços de luta e reivindicação por direitos, igualdade e melhores condições de vida e trabalho.

### **3.2 Desorganizadas ou desassistidas? Percepções, experiências e os entraves da luta e organização das mulheres trabalhadoras**

Sim, a precarização do trabalho em nosso país tem rosto de mulher. E é justamente aí que reside o perigo desta constatação: o que aconteceria se milhões de mulheres pobres, trabalhadoras terceirizadas, informais, donas de casa, desempregadas, esse verdadeiro *exército silencioso*, se levantasse de uma só vez contra todas as formas de opressão e contra este sistema que nos explora e superexplora cada vez mais?. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 91; grifos da autora)

Um *survey* realizado com 102 participantes na Marcha das Vadias de 2012 no Rio de Janeiro, que lutava pela liberdade do corpo, igualdade de gênero e o fim da violência sexual, mostrou dados importantes quanto ao perfil socioeconômico e racial dos militantes. Os autores apontam que os participantes eram majoritariamente mulheres (68%) e jovens (66%) tendo entre 15 e 29 anos; 83% solteiras (os); 67% heterossexuais e 33% se declararam lésbicas, gays ou bissexuais; 89% tinha ensino superior completo ou incompleto; 48% se declararam brancas(os) e 49% negras(os) – sendo 26% pretas(os) e 23% pardas(os) (DE CASTRO GOMES, 2017, 243). Embora a marcha das vadias mude de ano em ano e haja variações territoriais desses perfis, uma pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da USP (Universidade de São Paulo), para a BBC News Brasil, nas manifestações de 2018 contra o governo do presidente Jair Bolsonaro (na época, PSL) mostram um perfil não tão diferente do que foi levantado na Marcha das Vadias em 2012 no Rio de Janeiro. As manifestações que levaram o nome #EleNão, pediam não só por direitos sociais e políticos, mas repudiavam a candidatura de Jair Bolsonaro, defendendo que esta representava todo o tipo de retrocesso na vida das mulheres.

A pesquisa da USP <sup>15</sup>entrevistou 470 pessoas por toda a extensão da manifestação #EleNão em São Paulo. O levantamento apontou que entre os entrevistados, 62% eram mulheres. O mesmo percentual se autodeclarou como branco. A grande maioria (78%) tinha de 18 a 44 anos. Quanto ao nível de renda e escolaridade, a pesquisa apontou que 31% responderam ter renda familiar de cinco a dez salários mínimos (R\$ 4.770 a R\$ 9.540). Outros 26% disseram ganhar mais de dez salários mínimos, e 86% do público entrevistado estava cursando a faculdade ou já tinha diploma de curso superior. A pesquisa da USP mostra que as mobilizações em prol dos direitos das mulheres acontecem principalmente dentro das camadas mais privilegiadas da sociedade.

Esse perfil levantado não significa, necessariamente, que a população mais pobre e negra não se revolte com os ataques sofridos por seu gênero, classe e raça. Mas que, justamente, por esses fatores, não conseguem se mobilizar. Como pontua Assunção (2011),

Desde os baixos salários e a humilhação no local de trabalho até o enclausuramento com as tarefas domésticas que relegam um estreito horizonte às mulheres trabalhadoras, as amarras que buscam impedir a

---

<sup>15</sup> A pesquisa desenvolvida pela USP (Universidade de São Paulo) foi publicada pelo site BBC News Brasil, apontando o perfil social dos manifestantes #EleNão em 2018 na cidade de São Paulo. A matéria jornalística com os dados está disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45702409>>. Acesso em 04 de janeiro de 2021.

organização das mulheres trabalhadoras são muitas, e muitas vezes invisíveis. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 55)

E também:

O problema é que, ainda que façamos parte de um mesmo grupo social, ou do mesmo gênero, nós mulheres fazemos parte de uma sociedade que permanece dividida em classes, e por isso não há emancipação das mulheres se não existir emancipação de toda a classe trabalhadora. (ASSUNÇÃO, 2011, p. 92)

Se olharmos para nossa cidade de Santa Maria, veremos que maioria dos atos e mobilizações costuma ocorrer no centro da cidade, e em horários inoportunos<sup>16</sup> para a classe trabalhadora que, muitas vezes, cansada prefere voltar para suas casas do que acompanhar mais uma exaustiva jornada: a de luta. As entrevistadas auxiliares de cozinha, ao responderem sobre atuação e envolvimento com questões políticas e mobilizações feministas, apontam diferentes fatores como entraves para a organização militante.

Já participei de alguns eventos na cidade. Em 2018 fui no ato *Ele Não*, que era um movimento nacional de mulheres contra o Bolsonaro. [...]. Eu milito bastante no facebook porque não tenho tempo pra ir em tudo, mas acho tudo isso muito necessário. [...] Hoje eu não tenho tempo pra saber o que tem acontecido na cidade, não é que eu não me interesse, mas às vezes elas (as mulheres militantes) se reúnem num horário que eu não posso participar. (Elis, 2020)

Eu já participei de greves nos meus antigos trabalhos, não era um movimento de mulheres mas era por melhores condições, principalmente por melhores salários. [...] Hoje eu não participo, não tenho tempo, tenho que cuidar dos meus netos, tenho 3 homens. Mas assim, hoje as mulheres não falam sobre melhores condições de trabalho, e sim sobre legalização do aborto e direito do corpo, o que pode ou não usar. Não é que eu não concorde, acho que a gente tem que poder fazer o que quiser, mas pra mim é preciso falar de trabalho. (Nise, 2020)

---

<sup>16</sup> Essa informação é com base na observação participante da pesquisadora que constrói uma organização política na cidade e tem percebido que muitas das chamadas feitas para atos e mobilizações têm ocorrido no centro da cidade, em dias de semana e horários de funcionamento do comércio municipal, não contemplando a grande maioria da população trabalhadora local.

No primeiro ano que entrei na graduação eu ia bastante nos encontros de mulheres, até nos encontros da UNE eu já fui. Eram mais sobre pautas estudantis, sobre a mulher na educação, essas coisas. Eu acho muito necessário esses espaços para aprender e trocar experiência. [...] O que me impossibilita hoje de participar mais é o tempo. [...] Aqui em Santa Maria eu queria muito participar do movimento negro mas ainda não posso, quando eu tiver mais tempo com certeza vou. (Marielle, 2020)

Eu sinto que não tenho tanto apoio feminino aqui em Santa Maria, eu nem sei se isso existe, grupo e movimento de mulheres. Se soubesse eu gostaria de participar. Porque eu sou uma pessoa que quer direitos iguais para todos, sou bem a favor de nós mulheres se impormos mais, já perdi relacionamentos por isso porque eu gosto e luto por meus direitos. Então se tiver que abrir a boca eu abro, meus direitos tem que aparecer e eu não tenho medo. Eu me considero bem feminista, como essas mulheres que a gente vê na TV. Só sou contra estarem mostrando o peito porque acho que não precisa disso. O movimento black mesmo é uma coisa que eu queria participar, por todo o sofrimento que já sofri por ser escura, mãe e ter tatuagem. (Olga, 2020)

Olha, eu já sofri muito pela minha cor e por ser mulher, mas acho que as coisas estão bem melhor hoje. Não participo de nada e na verdade nem sei se tem coisas aqui em Santa Maria. Eu passo o dia no trabalho e um pouco com meus filhos, até queria ter tempo pra lutar mas também não tenho acesso nem conhecimento sobre. Sei que as mulheres lutam muito por igualdade e direitos mas aqui eu não sei mesmo o que fazem. (Lélia, 2020)

Um dos fatores mais citados é o tempo. Palavra esta que aparece constantemente nas respostas das entrevistadas. Perguntadas sobre os prazeres da vida, os hobbies, os estudos, os sonhos e aspirações: “falta tempo”, essa foi a resposta para todas as perguntas citadas. O próprio modo de produção capitalista já coloca a questão *tempo* em debate. Frases como “*Tempo é dinheiro*” ou “*Trabalhe enquanto eles dormem*” são a personificação da ideologia dominante, dos meritocratas que nunca precisaram estar nas fábricas por mais de 10h por dia. A classe trabalhadora hoje vem se apropriando dessas frases, pois foi convencida que sem trabalho não há vida, e não porque o trabalho traz dignidade ou prazer, mas porque traz sobrevivência.

Atualmente, as mulheres trabalhadoras da esfera pública do Brasil, segundo o IBGE, dedicam cerca de 73% mais horas que homens em trabalhos domésticos, trabalhando um total de 10 horas semanais a mais. Com a nova reforma da previdência, proposta pelo governo do ex presidente da República Michel Temer e colocada em vigor no atual governo, tende a igualar a idade mínima para a aposentadoria entre homens e mulheres, mostrando um enorme retrocesso quanto aos direitos já conquistados, ignorando esses fatores que envolvem o trabalho doméstico e a precarização e feminização do trabalho. Com todos esses fatores, o tempo se torna esmiuçado, e deve ser todo ele útil (MARONI, 1981, p. 81).

A rotina das auxiliares de cozinha gira em torno de alcançar um pouquinho de qualidade de vida para sua família. Elas nem citam a si nas respostas sobre suas aspirações e sonhos. Falam sobre seus filhos, sobre dedicar-se não só temporalmente, mas física e emocionalmente a um trabalho que oferece o mínimo, para que possam fazer desse mínimo uma possibilidade diferente das suas, para sua família. Gostariam de estar em outros tantos lugares, terminar os estudos e militar no movimento negro (Marielle), ser “advogada” (Nise), ter um negócio próprio (Olga), estar mais com a família e se graduar em psicologia (Lélia), terminar os estudos e montar uma cafeteria (Elis), mas vendem o seu tempo em ocupações que não desejam para poderem sobreviver.

Com uma dupla jornada de trabalho, somando 8 horas de trabalho remunerado mais o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, contando também o tempo de deslocamento casa-trabalho; trabalho-casa, lá se vão boas horas. O que sobra? O que fazer com o tempo que sobra se também é preciso dormir, se alimentar, verificar se os filhos estão bem, fazer a lista do mercado. Sobra tempo mesmo?

Thompson (2018, p. 272) sobre o tempo na vida do trabalhador:

Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado; o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.

Outro ponto que podemos destacar aqui é também a desassistência do sindicato da categoria com as pautas e demandas das trabalhadoras. Poucas delas conhecem seu sindicato, a maioria paga uma taxa de R\$ 25, 84 que, segundo elas, é descontado<sup>17</sup> do salário no final do

---

<sup>17</sup> Lembrando que a contribuição sindical deixou de ser obrigatória após a mudança promovida pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista. Fonte: JUSBRASIL. Buscou-se a apuração quanto às

mês. As mesmas trabalhadoras que relataram contribuir com o sindicato, mencionaram que não foi perguntado se gostariam ou não de contribuir, mas que o desconto tem sido “automático” todo mês. Uma delas mencionou que a empresa na qual trabalha optou pela não contribuição sindical, e que gostaria de pagar por fora, pois acredita ser melhor assistida em caso de demissão.

O sindicato municipal responsável pela categoria das auxiliares de cozinha é o SECOHTUR (Sindicato Dos Trabalhadores No Comércio Hoteleiro, Restaurantes, Bares E Similares, Refeições Coletivas, Agências De Turismo, Condomínios e Turismo E Hospitalidade De Santa Maria - RS), para este trabalho foi buscado contato com o sindicato, mas não tivemos retorno.

Eu gostaria de conhecer e também construir o espaço. O sindicato é uma forma de conseguirmos direitos melhores no trabalho. Hoje eu pago o desconto mas não tenho ideia de quem seja meus representantes, e muitas vezes os representantes sindicais não ouvem os trabalhadores, principalmente os que querem fazer greve, entram em acordos estratégicos com as empresas. Por isso queria construir, para mudar isso. As greves, por exemplo, foram uma forma dos trabalhadores conquistarem seus direitos. (Elis, 2020)

Eu sinto muita decepção com a queda dos sindicatos, uma coisa que foi criada para o trabalhador, com muita luta. Hoje eles nem ouvem a gente, ouvem os chefes, as empresas. Com a pandemia mesmo umas colegas foram procurar eles por causa do trabalho quando era pra fazer quarentena e eles avisaram os donos do estabelecimento. Uma vergonha. Eu tenho muito medo de perder meu emprego, mas eu gostaria de me envolver mais com o sindicato. A gente paga mas não tem direito nenhum. (Marielle, 2020)

Todas as trabalhadoras relataram a importância do movimento sindical, mas se sentem desamparadas pelo responsável por sua categoria na cidade de Santa Maria, alegando que este corresponde aos interesses privados mais do que à classe trabalhadora.

Sobre as formas de resistência no cotidiano de trabalho, a maioria delas relata receio de se mobilizar ou até impor qualquer descontentamento com o trabalho. Marielle (2020) disse o seguinte:

---

convenções e acordos coletivos no próprio site do sindicato municipal, entretanto os dados não foram encontrados. Essas informações serão buscadas novamente no futuro.

Já tentei me organizar, até fazer greve, mas é bem difícil sozinha. Quando mandaram a gente trabalhar na pandemia eu e umas colegas pensamos em organizar algo, mas lá todo mundo fica de boa, o pessoal é acomodado. Na verdade, todo mundo precisa trabalhar e tem medo de perder o emprego.

Já para Lélia (2020), uma forma de resistência é manter-se em harmonia com seus colegas de trabalho:

A gente sofre muita pressão psicológica, principalmente pelas metas, por isso que eu digo sempre que precisamos estar juntos, trabalhar em equipe mesmo, senão não dá. O trabalho já é difícil, se não estivermos trabalhando em paz vai ficar pior.

Olga (2020) não respondeu diretamente quanto suas estratégias de luta e resistência no estabelecimento em que trabalha, em contrapartida, perguntada sobre o trabalho na pandemia ela disse o seguinte:

Eu não fui trabalhar no início, quando voltaram. Estou grávida e tenho direito de ficar em casa, imagina se acontece algo comigo e com o bebê. E eu também tenho meus filhos pequenos. Coloquei um atestado, e vou colocar de novo agora porque logo vou parir. Eles devem estar doidos pra me mandar embora mas eu sei dos meus direitos.

Ainda que desassistidas e desamparadas pelo próprio sindicato, e com medo do desemprego, essas mulheres demonstram, dentro de suas realidades e materialidades, estratégias para lutar por seus direitos e resistir às adversidades do dia a dia. Para Cisne (2018, p. 186) “o primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem”. O que demonstram essas trabalhadoras em todas as suas narrativas, a partir da percepção de si, de suas opressões e obstáculos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas mudanças ocorreram na vida das mulheres brasileiras ao longo dos anos, transformando seu papel enquanto ser social de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista. Pensava-se que o alcance da mulher na esfera pública remunerada traria maior autonomia e liberdade, e de fato ao sair de suas casas as mulheres começaram a ocupar novos espaços e serem mais donas de si, modificando suas estruturas. Entretanto, como vimos até aqui, a mulher da classe trabalhadora alcança ainda menos do que as mulheres das classes mais favorecidas sua plena autonomia e liberdade, e isso porque o capitalismo se utiliza dessa situação para alavancar.

O feminismo liberal, comemora como vitórias as campanhas de grandes marcas colocando rostos negros como publicidade, lucrando em cima da venda de produtos que por trás dos holofotes são produzidos pelas mulheres mais pobres do mundo. Completamente compatível com a crescente desigualdade, o feminismo liberal terceiriza a opressão (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 38). Trata-se de uma das expressões concretas do capitalismo, a partir do qual não há emancipação para todos e todas.

O objetivo deste trabalho, ao relatar a rotina, as atividades e a percepção das auxiliares de cozinha sobre suas vidas e as diferentes formas de fazer política, foi demonstrar como a categoria gênero relacionada com a categoria classe tem muito mais demandas do que aquelas defendidas pelo movimento feminista hegemônico hoje. Além disso, problematizar o trabalho precarizado das mulheres trabalhadoras têm sido de grande importância dentro da área da sociologia do trabalho, em particular, e das ciências sociais como um todo. É a partir dessas problematizações que o conhecimento produzido pelo campo das ciências sociais, associado a ação concreta dos sujeitos e movimentos sociais, pode compor a transformação dessa sociedade.

Embora as pautas identitárias sejam necessárias para muitas mulheres e também uma forma de emancipação se faz importante ir além dessa perspectiva, num caminho dialético de superação por meio das lutas sociais. As pautas do movimento feminista têm sido, em grande maioria, o fim do binarismo de gênero enquanto uma parcela de mulheres ainda nem se inteirou sobre esses ou outros direitos. Cisne (2018), por exemplo, sobre essas questões, nos diz o seguinte:

O binarismo de gênero (homem-mulher) ancorado na heterossexualidade compulsória tem por finalidade, portanto, “garantir a divisão sexual do trabalho” (Apud. Falquet, 2012, p.146; tradução nossa). Logo, mais do que nos preocupar em combater esse binarismo, precisamos nos preocupar em superar o que o fundamenta: a divisão sexual do trabalho. Até porque “o problema não é, claro, a binaridade (o que é um resultado), mas sua causa: a ideologia da diferença. Combater a binaridade pela sua expansão ou mesmo a “trans” identidade, não resolve nada se sua causa não é atacada” (tradução nossa) (CISNE, 2018 p. 103).

Quem garante que o fim do binarismo de gênero, a legalização do aborto, o direito a igualdade salarial serão suficiente para a liberdade das mulheres? Qual a garantia de que essas pautas emergentes vão acabar com a divisão sexual do trabalho, a precarização, a pobreza, o racismo e tantas outras opressões sofridas especialmente pela parcela mais pobre das mulheres brasileiras? Como pensar uma consciência coletiva voltada para a transformação social se individualmente há mulheres que se encontram alienadas ou desassistidas, sem autonomia sobre suas vidas e restringidas a cuidar da família e dos outros em detrimento de si? (CISNE, 2018, p. 187). Essa problemática não faz com que o trabalho precarizado precise estar nas pautas das mulheres que pensam em uma sociedade de fato igual, horizontal, onde as hierarquias não tenham espaço?

Essas mulheres auxiliares de cozinha que conhecemos um pouco demonstram em suas falas e experiências terem consciência de suas opressões, mas em detrimento das suas longas jornadas, da escolarização, do próprio local onde moram, afastadas do centro da cidade, acabam por não se organizar na luta transformadora das estruturas sociais. Ainda assim, demonstram lutar cotidianamente para mudarem suas vidas e darem novas oportunidades para seus filhos e famílias. E no cotidiano laboral expressam formas de rebeldias que apenas não encontraram ainda canais mais coletivos para se traduzirem em ações contestatórias.

Realizar essa pesquisa proporcionou a valiosa experiência de mudar de opinião diversas vezes e refletir sobre o fato de que não há plena emancipação enquanto houver diferentes formas de opressão e violência, como a própria precarização do trabalho e a essencialização do trabalho reprodutivo como feminino. Nenhum movimento, no entanto, pode se sustentar e crescer, a não ser que desenvolva uma perspectiva estratégica unificando suas batalhas e mediando seus objetivos de longo prazo com as possibilidades abertas no presente (FEDERICI, 2019, p. 116). A luta é uma oportunidade como uma escola. Pode transformar aquelas pessoas que dela participam, desafiando nossos entendimentos anteriores

sobre nós mesmas e reformulando nossas visões de mundo (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 94).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal”(1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, p. 71-94, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. A classe-que-vive-do-trabalho: a forma de ser da classe trabalhadora hoje. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre e afirmação e a negação do trabalho**, p. 101-117, 2001.

\_\_\_\_\_. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Boitempo Editorial, 2020.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

BEETENCOURT, Grupo. Contribuição Sindical: obrigatória ou não?, JUSBRASIL, 2017. Disponível em :

<[BOURDIEU, Pierre. \*\*Esboço de auto-análise\*\*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.](https://bettencourt.jusbrasil.com.br/noticias/564316571/contribuicao-sindical-obrigatoria-ou-nao#:~:text=O%20recolhimento%20da%20contribuição%20sindical,mais%20conhecida%20como%20Reforma%20Trabalhista.&text=A%20Lei%2C%20ainda%20muito%20polêmica,de%20nos%20passar%20segurança%20jurídica.> Acesso, janeiro de 2021</a></p></div><div data-bbox=)

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1943.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 62, DE 24 DE MARÇO DE 2020. Leis Municipais. **Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? 1998. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil. Disponível em:< <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>>. Acesso em, v. 28, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DE SANTA MARIA, DIÁRIO. Editoral: Cacism diz que Santa Maria já registrou 10 mil demissões em três meses de pandemia. **Santa Maria**, 2020. Disponível em < <https://diariosm.com.br/colunistas/colunistas-do-site/deni-zolin/cacism-diz-que-santa-maria-ja>



Morte de trabalhadora doméstica por coronavírus escancara falta de políticas para proteger a classe. **Jornal da Universidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicas-para-protger-a-classe/#:~:text=Mesmo%20após%20o%20caso%2C%20outros,de%20políticas%20públicas%20de%20proteção>> Acesso em março de 2020.

NOGUEIRA, Cláudia M. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O avesso do trabalho**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

O GLOBO. Já mandei cancelar, o presidente sou eu', diz Bolsonaro sobre compra da vacina Coronavac. **O Globo**, 21 de out. de 2020. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/ja-mandei-cancelar-presidente-sou-eu-diz-bolsonaro-sobre-compra-da-vacina-coronavac-1-24704594>> Acesso em 09 de janeiro de 2021

O matriarcado da miséria. In: CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p.127-130.

PNAD, IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1979.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Maria - RS. Disponível em

<<http://www.sindicomercariosm.com.br/paginas/noticia/73#:~:text=1º%20da%20Lei%20n.º%20XV%20DA%20CF%2F88>>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. SMC, 1991.

SCHREIBER, Mariana. Eleições 2018: elite de esquerda era maioria em protesto #EleNão contra Bolsonaro em SP, aponta pesquisa da USP. **BBC News Brasil. Brasília**, 2018.

Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45702409>> Acesso em 04 de janeiro de 2020

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In:

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. 2018.

Um vírus e duas guerras. **Projeto Colabora**, 2020. Disponível em

<<https://projetcolabora.com.br/especial/um-virus-e-duas-guerras/>> Acesso em 10 de

dezembro de 2020. GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, p. 29-47, 2008.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. v. 7, 2014.

KOLLONTAI, Alexandra. A Família e o Estado Socialista. In: **A Crise da Família: marxismo e revolução sexual**. São Paulo: Global, 1982.

MARONI, Amneris Angela et al. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÃE, Valter Hugo. **O filho de mil homens**. Globo Livros, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Morte de trabalhadora doméstica por coronavírus escancara falta de políticas para proteger a classe. **Jornal da Universidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicas-para-proteger-a-classe/#:~:text=Mesmo%20após%20o%20caso%2C%20outros,de%20políticas%20públicas%20de%20proteção>> Acesso em março de 2020.

NOGUEIRA, Cláudia M. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O avesso do trabalho**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

O GLOBO. Já mandei cancelar, o presidente sou eu, diz Bolsonaro sobre compra da vacina Coronavac. **O Globo**, 21 de out. de 2020. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/ja-mandei-cancelar-presidente-sou-eu-diz-bolsonaro-sobre-compra-da-vacina-coronavac-1-24704594>> Acesso em 09 de janeiro de 2021

O matriarcado da miséria. In: CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. p.127-130.

PNAD, IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 1979.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Maria - RS. Disponível em

<<http://www.sindicomercariosm.com.br/paginas/noticia/73#:~:text=1º%20da%20Lei%20n.º,e%20XV%20DA%20CF%2F88>>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. SMC, 1991.

SCHREIBER, Mariana. Eleições 2018: elite de esquerda era maioria em protesto #EleNão contra Bolsonaro em SP, aponta pesquisa da USP. **BBC News Brasil. Brasília**, 2018.

Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45702409>> Acesso em 04 de janeiro de 2020

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In:**  
THOMPSON, E. P. Costumes em comum. 2018.

Um vírus e duas guerras. **Projeto Colabora**, 2020. Disponível em  
<<https://projctocolabora.com.br/especial/um-virus-e-duas-guerras/>> Acesso em 10 de  
dezembro de 2020.